

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.eco.unicamp.br/texto-para-discussao/politica-internacional-relacoes-internacionais-e-economia-politica-internacional-possibilidades-de-dialogo>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2013 by UNICAMP/IE. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo

Eduardo Barros Mariutti

Resumo

Este texto procura destacar as condições em que o diálogo entre a Política Internacional, as Relações Internacionais e a Economia Política Internacional foi estabelecido nas últimas décadas, especialmente depois da (mal) chamada “crise dos paradigmas”.

Palavras-chave: Política internacional; Teoria das relações internacionais; Economia política internacional.

Introdução

Por conta da indefinição de seu objeto e do óbvio entrelaçamento com a política internacional, é muito difícil sustentar que as Relações Internacionais sejam capazes de constituir uma nova ciência. É por isto que a trataremos aqui *como uma área temática*, disputada por ramos do conhecimento contíguos, porém distintos: a já referida Política Internacional e a Economia Política Internacional. Aqui cabe um esclarecimento preliminar. Como já foi salientado por diversos autores das mais variadas correntes teóricas, a expressão “Economia Política” possui diversos significados conflitantes. Para quem acredita que a Ciência Econômica é uma *Hard Science*, este termo (geralmente, mas não necessariamente, acompanhado pelo termo “clássica”) tende a ser usado de forma quase pejorativa: aquele gigantesco emaranhado de pensadores heterogêneos que precederam a revolução marginalista mas que, de certo modo, por perceberem os contornos da nascente economia de mercado, forjaram conceitos e anteciparam alguns elementos que culminaram na constituição da Ciência Econômica moderna, a qual só se tornou uma ciência ao purgar todos os traços metafísicos e pré-científicos que poluíam a mente destes “precursores”¹. Mas, para desespero dos adeptos desta ortodoxia, a necessidade de tentar reintroduzir a Política na Economia ressurgiu com vigor durante a crise do sistema de Bretton Woods. Por conta da ampla aceitação deste tipo de enquadramento na bibliografia específica sobre o tema², usarei a expressão Economia Política *Internacional* aqui em um sentido muito preciso: como o *tipo de reflexão* que, especialmente nos círculos de língua inglesa, se cristalizou a partir de 1970, como uma tentativa de

(1) Os economistas com mais abertura à História tendem a ter uma abordagem diferente: identificam a Economia Política Clássica como um momento fundador da Ciência Econômica, mas cujo sentido não pode ser percebido apenas no eventual uso de conceitos ou categorias que *depois* converteram-se em elementos integrados à problemática da Ciência Econômica contemporânea (e que, portanto, foram dissociados do conjunto de que faziam parte), mas em uma reflexão crescentemente sistemática sobre um conjunto de transformações concretas na fase de consolidação do capitalismo, que atinge uma fase “clássica” entre 1790 e 1850 que precede e estimula *mas não se esgota* na tradição neoclássica.

(2) Cf. Craig N. MURPHY e Douglas R. NELSON “International Political Economy: a tale of two heterodoxies” *British Journal of Politics and International Relations*, v. 3, n. 3, p. 393-396, 2001; Geoffrey UNDERHILL. State, market, and global political economy: genealogy of an (inter?) discipline. *International Affairs*, 76 n. 4, p. 794-800, 2000; Amanda DICKINS. The evolution of international political economy. *International Affairs*, 82, n. 3, p. 479-80, 2006.

recombinar a política e a economia para tentar apreender o conjunto de transformações que a economia mundial atravessava.

Embora controversa e, como veremos, passível de críticas, esta percepção sobre as raízes e o significado da Economia Política Internacional é bastante arraigada. Isto cria um problema já de saída: especialmente entre 1970 e 80, a discussão sobre o estatuto teórico da Economia Política Internacional era bastante similar à discussão no âmbito das Relações Internacionais: necessariamente interdisciplinar, fortemente correlacionada aos problemas internacionais contemporâneos mais prementes e, em alguns casos, em uma constante busca por identificar precursores nos pensadores clássicos. Tentarei mostrar como, tendencialmente, esta tensão foi equacionada de forma distinta nos EUA e na Grã-Bretanha, dando origem a duas orientações distintas. Mas esta temática estará subordinada à preocupação que é realmente central neste estudo, isto é, a definição *dos termos mais gerais* em que os problemas e as análises concernentes à *dinâmica* do sistema internacional têm sido tratados por tradições que, *no limite*, são distintas. E o eixo da discussão será uma visão sintética sobre o processo de constituição das Relações Internacionais como área do conhecimento com *pretensões científicas*. É dentro deste quadro que as conexões com a Política Internacional e com a Economia Política Internacional serão estabelecidas.

Antes de prosseguir, é necessário fazer uma última observação. A princípio, seria possível objetar que, do modo como estou expondo o problema, está ausente a *geopolítica* como uma quarta variante ou tradição. Tratar disto aqui só aumentaria a confusão. Para abordar seriamente do assunto, seria necessário, ainda que rapidamente, esboçar a *démarche* da geopolítica, desde a sua formação na segunda metade do século XIX, onde ela se situava na confluência entre a História, a Geografia – entendida de forma dinâmica, isto é, como o modo como a sociedade se integra ao meio³ – e sua relação com constituição e luta dos Estados, até a sua feição mais contemporânea, que sofreu a influência da autonomização das reflexões sobre a Política e as Relações Internacionais. Além disto, se este tema fosse incorporado, teríamos de tratar com alguma minúcia das difíceis relações entre a Geopolítica e a Economia Política Internacional, em especial na sua variante dita “crítica”, onde os laços com a História são mais vigorosos. Há, também, outro motivo para deixar em segundo plano a Geopolítica. Hoje ela está muito mais próxima da *Política Internacional*, por pelo menos dois motivos: i) o seu conceito operativo básico é, tal como na Política Internacional, o *equilíbrio de poder*⁴; ii) por conta da centralidade do equilíbrio de poder, a Geopolítica tende a conceber a forma e a dinâmica da economia internacional como uma derivação indireta dos arranjos *políticos* entre as grandes potências. Este mesmo padrão de raciocínio é típico das reflexões geopolíticas *contemporâneas* sobre o declínio da Grã-Bretanha: o sentido dominante da explicação repousa na tendência à bipolaridade, precipitada pela ascensão da

(3) As acusações generalizadas de que as principais interpretações da fase inicial da geopolítica eram baseadas no determinismo físico sobre a política não se sustentam. A noção de geografia que fundamentava obras tão variadas como a de Ratzel, Mackinder e Alfred T. Mahan era bastante dinâmica: o espaço geográfico nunca foi entendido como uma estrutura totalmente inerte, capaz de *determinar* unilateralmente a política, mas sim como uma zona de interação entre a dinâmica social e as condições naturais, que podiam favorecer ou impor obstáculos à sociedade. A “adaptação” do homem ao ambiente envolvia, portanto, *transformações sociais* e interações sobre o ambiente, condicionadas *a princípio* pelo nível tecnológico e pelos recursos econômicos (que são sujeitos à transformações).

(4) Que tendeu a ganhar um nível de formalização muito maior do que na tradição originária dos estudos geopolíticos, onde a centralidade estratégica da Europa e a limitação dos transportes e das formas e projeção de poder aprisionavam a discussão na tensão entre o primado do poder naval ou das potências continentais na constituição da Ordem Internacional.

Alemanha (e acirrada pelo suposto isolacionismo estadunidense) e sacramentada em 1907, com a Grã-Bretanha se sentindo forçada a aliar-se *contra a Alemanha*. As considerações sobre as transformações econômicas – a depressão do XIX – são vistas predominantemente como um gatilho para a remodelação da rivalidade política, expressa na simbiose entre o capital “nacional” e o Estado. Essa orientação fica particularmente evidente também no debate atual sobre o futuro do dólar: os autores identificados à Geopolítica centram a sua análise na função de *reserva de valor* e usam como parâmetro básico as possíveis transformações na correlação de forças entre as potências regionais que poderiam *criar um contrapeso à potência que emite a moeda padrão*⁵. Em última análise, portanto, é o conceito de equilíbrio de poder que ocupa uma posição central nestas interpretações.

1 Relações Internacionais na Perspectiva dos seus adeptos

Na perspectiva dos entusiastas das Relações Internacionais, há uma questão que opera como um verdadeiro divisor de águas: as RI podem constituir uma *disciplina autônoma* (como a Sociologia, por exemplo, que “lutou” contra a História, a Filosofia e a Economia Política Clássica para poder definir seu método e seu objeto⁶), ou, pelo contrário, ela está irremediavelmente atada à *Política Internacional*, ou então, sob outro ponto de vista (claramente minoritário), à Economia Política Internacional? Esta questão tem duas dimensões: a mais banal diz respeito principalmente à indagações sobre o lugar a ser ocupado pelas Relações Internacionais/Política Internacional na estrutura burocrática da Universidade e das demais instituições de pesquisa. A segunda dimensão desta indagação – muito mais importante, mas que nem sempre prepondera – diz respeito ao *tipo* de conhecimento a ser produzido, que demandas sociais ele visa atender e como ele pode ser empregado concretamente pela sociedade. É este aspecto que será privilegiado aqui.

Vamos, inicialmente, partir dos pontos consensuais: o objeto das Relações Internacionais compreende o *sistema internacional*, que é composto prioritariamente pelos *Estados* e as instituições interestatais, mas que envolve também os atores que se movem na zona transnacional: Ong’s, empresas transnacionais, etc. Assim, a característica definidora do sistema internacional é o seu formato anárquico, isto é, a inexistência de uma entidade soberana e legítima capaz de ordenar as relações entre os atores que o compõe. A mescla entre a dimensão *interestatal* – o objeto por excelência da Política Internacional – e dimensão *transnacional* (em que, prioritariamente, se move a Economia Política Internacional) é que traz ao centro da discussão, reiteradamente, a questão do diálogo entre estas tradições e, simultaneamente, impõe dificuldades crescentes à definição das RI como uma ciência ou, até mesmo, como uma disciplina. Contudo, a simples existência dessa polêmica é reveladora. E o motivo é óbvio, embora nem sempre destacado. Pelo menos desde a Era Moderna, o nascimento de uma nova área do conhecimento *sempre* esteve ligado a demandas sociais específicas, as quais derivam de transformações significativas na realidade social. Este processo de formação, uma vez iniciado, gera padrões discerníveis

(5) Cf. Eric HELLEINER e Jonathan KIRSHNER. The future of the dollar: whiter key currency? In: E. HELLEINER e J. KIRSHNER. *The future of the dollar*. London & Ithaca: Cornell U. Press, 2009. p. 15-7.

(6) Sobre a tensão entre a sociologia e a filosofia ver Hannah ARENDT. A sociologia como desfeticização da realidade. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 30, 1991. Sobre a oposição entre a sociologia e a Economia Política Clássica ver Eric WOLF. *Europe and the people without history*. Berkeley: Univ. of California Press, 2010. (ed. orig.: 1982). p. 7-13.

que *tendem* para a especialização, isto é, a uma clara *delimitação do objeto* e, simultaneamente, a criação de um *método* específico. Em resumo: o ponto de partida é sempre uma tensão social, que exige respostas que se situam simultaneamente no plano da *prática* e no plano intelectual. A maturidade científica é supostamente atingida quando os desenvolvimentos intelectuais perdem a *conexão direta* com os problemas cotidianos. Neste estágio, surgem problemas estritamente teóricos, que dizem respeito prioritariamente ao método e a coerência do objeto, e que acabam por produzir a disseminação de diversas correntes disputando a primazia. Entretanto, antes de nos aventurarmos nesta questão decisiva, é necessário retroceder um pouco, destacando as pressões sociais e os ambientes institucionais que se encontram por trás da generalização das reflexões em torno das Relações Internacionais.

1.1 Breve retrospecto da constituição das Relações Internacionais como disciplina acadêmica

A primeira cátedra de *Política Internacional* foi criada em 1919, na Universidade de Gales em Aberystwyth (Cátedra Woodrow Wilson) e, na sequência, outras cátedras similares surgiram na Inglaterra e nos EUA⁷. Esta data não é fortuita: o súbito e vigoroso interesse por este tema explica-se pelo impacto que a eclosão da Grande Guerra (1914-18) exerceu sobre o pensamento político ocidental. Fred Halliday destaca este ponto com clareza:

Sem crise, não há disciplina acadêmica. Como o próprio E. H. Carr ressaltou, as RI [abreviado no Original], como todos os assuntos acadêmicos, emergiram como uma disciplina *acadêmica* por causa de uma crise particular na sociedade moderna, no caso, uma crise na relação entre os Estados. Se não foi necessária uma disciplina distinta durante o período de longa paz entre as grandes potências do século dezenove, certamente esta necessidade passou a existir de agosto de 1914 em diante: as RI responderam, assim como fizeram a economia, a sociologia e a geografia às demandas contemporâneas. Isto não significa que as ‘relações internacionais’, como realidade ou como um conjunto de idéias, originaram-se da Primeira Guerra Mundial, mas sim que este foi um ponto na história onde um tipo particular de reflexão sobre este tema foi institucionalizado: o subsequente desenvolvimento da teoria e do uso da história, seja sobre as relações interestatais ou sobre as idéias sobre estas relações, serviram para iluminar as preocupações do presente⁸.

Este é um bom ponto de partida. De fato, a Primeira Guerra Mundial *renovou* o interesse pelo tema das relações entre os Estados, um tema eclipsado pelo otimismo generalizado que irradiava da consolidação do liberalismo na segunda metade do século XIX, que se escorava na preeminência britânica. Os horrores da guerra mostraram que a prosperidade econômica associada à ampliação do comércio mundial e à difusão da indústria moderna não era capaz de eliminar a guerra: pelo contrário, o conflito entre sociedades industrializadas mostrou-se muito mais longo e destrutivo do que todas as guerras já

(7) Cf. BURCHILL, Scott. Introduction. In: BURCHILL, Scott, DEVETAK, R., LINKLATER, R. et al. *Theories of international relations*. 2. ed. revista e ampliada. Nova York: Palgrave, 2001. p. 4. Muitos manuais de RI tendem a afirmar que esta foi a primeira cátedra de *Relações Internacionais*, um claro anacronismo, o qual saiu reforçado pelo fato de E.H. Carr ter sido professor nesta cátedra. Não há – nem nunca houve – nesta Universidade um *departamento* de Relações Internacionais: os temas associados à esta área do conhecimento (teoria das RI, História Internacional, Segurança e Estratégia, etc.) são todos vinculados ao departamento de *Política Internacional*.

(8) The future of international relations: fears and hopes. In: SMITH, Steve, BOOTH, Ken e ZALEWSKI, Marysia (Ed.). *International theory: positivism & beyond*. Cambridge: Cambridge U. P., 1996. p. 318.

registradas pela história⁹. O segundo aspecto importante contido na passagem supracitada é a vinculação das Relações Internacionais aos problemas do presente: na sua breve história, todas as grandes polêmicas travadas pelos especialistas nas Relações Internacionais estiveram diretamente ligadas às grandes questões que dominavam o cenário internacional. Assim, nos primórdios, a grande questão era como evitar um novo conflito mundial. A constituição de uma disciplina nova era um tema marginal dentro desta pauta que, na realidade, envolvia o *conjunto* das ciências sociais. A polêmica entre os idealistas e os realistas que marcou o entre-guerras só pode ser realmente compreendida desta perspectiva¹⁰.

A Segunda Guerra Mundial e seu desfecho redirecionou o debate. Dois temas interligados passaram a ocupar o centro das análises: a polarização entre o Capitalismo e o Comunismo¹¹ e as consequências políticas e estratégicas da tecnologia nuclear. Assim, não é exagero dizer que, por mais de 40 anos, a análise das relações internacionais esteve fundada no "paradigma da guerra fria": uma representação simplificada do sistema internacional que exercia uma dupla função: a) fundamentava as *interpretações* sobre o cenário internacional e; b) consistia em um referencial importante para a ação de seus principais atores (Estados, instituições, etc...). Este "paradigma" era o reflexo de uma estrutura peculiar: um mundo dividido em dois grandes blocos antagônicos, o capitalista e o comunista, liderados pelos Estados Unidos da América e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, respectivamente.

Tratava-se, portanto, de um sistema *bipolar*, onde a luta pela conquista da hegemonia mundial se processava em todas as esferas: ideológica, política, econômica e militar. Esta configuração peculiar do sistema mundial gerava um clima de insegurança e de competição generalizado: para preservar o equilíbrio de poder, o desenvolvimento do bloco rival tinha de ser contrabalançado a qualquer custo. Talvez nada ilustre melhor este mecanismo do que a corrida armamentista, fundamentada na manutenção

(9) Isto sem falar em uma *importante regressão*: as duas Guerras Mundiais voltaram a eliminar a distinção entre alvos civis e militares (um problema agravado na fase atual da política externa estadunidense, que acentuou a sua preocupação em "mudar regimes"). Como a guerra moderna é, na verdade, uma prova de resistência e vitalidade de estruturas sociais em antagonismo, destruir as fábricas, reservatórios de suprimentos essenciais (água, comida, minerais estratégicos) e a infraestrutura de transportes do inimigo é um passo importante para a vitória. No entanto, nada denota mais esta regressão bárbara do que o lance derradeiro da vitória estadunidense sobre o Japão em 1945: as bombas nucleares lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki.

(10) As narrativas sobre a formação das Relações Internacionais tendem a ser extremamente anacrônicas. Que fique bem claro: Norman Angell, Edward Carr ou qualquer outro protagonista no famigerado debate fundado na oposição realismo/idealismo *não tinham como objetivo construir nenhuma ciência ou disciplina nova*: eles simplesmente debatiam os principais problemas internacionais com visões distintas sobre o legado do século XIX, e, naturalmente, com perspectivas diferentes para o futuro. Todos sabiam que a "velha" prática do equilíbrio de poder tornou-se ineficaz. Um dos divisores de água era, portanto, saber se era possível e desejável *reformular* tal política com base nas novas condições sociais ou, pelo contrário, se era possível abandoná-las definitivamente, em prol de um projeto orientado para uma sociedade mais pacífica.

(11) Esta polarização, naturalmente, remonta à oposição entre Lenin e Woodrow Wilson. Mas, pelo menos até a crise de 1929, o comunismo não era tido como uma grande ameaça ao Ocidente, pois a promoção da revolução mundial era um objetivo secundário: a tarefa decisiva era, no início, *estabilizar a situação na Rússia*: derrotar definitivamente o exército branco e criar canais diplomáticos para incitar as potências Ocidentais à reconhecerem o novo regime e, deste modo, suspenderem as hostilidades contra Moscou. Lênin foi decisivo neste aspecto. O levante espartaquista na Alemanha teve apenas uma relação indireta com Moscou: a derrota deste movimento foi recebida como um sinal de que seria prematuro engajar-se diretamente na tentativa de expandir a revolução. Além disto, a morte de Lênin gerou um novo problema que exigiu o foco nas questões internas: a sua sucessão. Logo, foi só após a crise de 1929 que o terreno tornou-se propício à expansão do comunismo. Mas, mesmo assim, a Rússia permanecia bastante cautelosa. Como se sabe, a criação do Comintern teve como propósito principal *conter* os demais partidos comunistas espalhados pelo planeta, articulando-os por um programa ligado às decisões estratégicas tomadas a partir de Moscou, com o claro objetivo de evitar turbulências que pudessem ameaçar a sua soberania política.

dos meios de dissuasão e na resolução de retaliar devastadoramente. Enquanto o sistema internacional preservou estas características, o “paradigma” da Guerra Fria era praticamente incontestável: apesar de algumas imperfeições, era considerado o modelo mais apto para explicar os grandes eventos internacionais e o comportamento político, econômico, diplomático e militar de cada nação (e, também, na mesma medida, para explicar o surgimento e a operacionalidade das principais coalizões, tratados e instituições supra-estatais). Contudo, a queda do bloco socialista derrubou consigo este marco de referência teórico. Subitamente, o paradigma central perdeu força explicativa e novos modelos com pretensão teórica foram elaborados para preencher esta lacuna. Sem levar isto em conta, a atual profusão de *novos temas* (narcotráfico, terrorismo, meio ambiente etc.) e a intensificação do debate teórico entre os especialistas torna-se incompreensível¹².

1.2 - Teoria das Relações Internacionais – as principais correntes

Existem diversas maneiras de classificar a formulação teórica no âmbito das Relações Internacionais. Martin Wight, por exemplo, divide esta disciplina em três *tradições* principais: realista (ou clássica), racionalista e revolucionária¹³. Para facilitar nossa tarefa vamos imaginar provisoriamente o campo teórico das relações internacionais como um amplo e variado espectro que medeia dois extremos, orientados em torno da dicotomia *imutabilidade-mutabilidade*¹⁴. De um lado, situa-se o que se convencionou denominar *realismo*, isto é, as interpretações baseadas na idéia de que o caráter conflitivo das relações internacionais é inexpurgável pois, essencialmente, a realidade social não comporta transformações substanciais. Não existem valores universais: a interação social não passa de uma eterna luta entre portadores de interesses particulares conflitantes que desejam sobrepujar seus rivais a qualquer custo. Nas versões mais tacanhas desta concepção, a história é tida como cíclica: ela gira incessantemente em torno da dominação de um grupo sobre outro. No outro extremo situam-se as interpretações baseadas na idéia de que *a transformação* para melhor do homem e da sociedade é possível e desejável. Na sua forma mais radical, o progresso humano (não somente técnico, mais sobretudo *ético*) é concebido como inexorável, ou ao menos, desejável e possível (isto é, depende da vontade humana traduzida em um projeto político exequível). Neste caso a história não é vista mais como a eterna repetição da luta pela dominação de um grupo sobre outro, mas como a lenta e sinuosa marcha para a eliminação da guerra e da irracionalidade.

(12) Sobre o impacto que a queda do bloco soviético exerceu sobre a teoria das Relações Internacionais, consultar Fred HALLIDAY. A Guerra Fria e seu Fim: consequências para a teoria das relações internacionais. *Contexto Internacional*, v. 16, n. 1, 1994.

(13) Cf. WIGHT, Martin. *International theory: the three traditions*. London: The Royal Institute of International Affairs, 1991. Ver também: Why is there no international theory? In: BUTTERFIELD, H. e WIGHT, Martin. *Diplomatic investigations*. London: Allen & Unwin, 1966.

(14) Cf. FONSECA Jr, Gelson. Aspectos da teoria de relações internacionais: notas didáticas. In: *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 103-4. (Obs: também publicado em *Política Externa*, v. 3, n. 3, 1994/5).

1.2.1 O realismo

1.2.1.1 As bases filosóficas

Como salientou Edward Carr – partindo de uma leitura bastante eclética e peculiar – Nicolau Maquiavel foi o primeiro “realista importante” a expor¹⁵ os três princípios elementares que sustentam esta perspectiva teórica: 1) A história é uma seqüência de relações de causa e efeito, que pode ser analisada pela razão, mas não pode ser dirigida pela imaginação; 2) A teoria não cria a prática: é sempre a prática que cria a teoria; 3) Os princípios éticos são estabelecidos *em função da política*: o poder gera a moral e os padrões morais vigentes em uma dada circunstância sempre são impostos por quem detém – ou passou a deter – o poder, com o objetivo (consciente ou não) de facilitar a sua dominação. Estes três princípios são interligados. Como a história é uma seqüência de causa e efeito onde a intervenção humana é mínima, a compreensão de seu sentido básico é sempre *ex post*. Portanto, é sempre a prática que cria a “teoria”: só é possível compreender por que determinado conjunto de eventos ocorreu *após a sua conclusão*. A partir daqui é possível desenvolver o terceiro princípio que, na realidade, fundamenta-se na *relatividade de todo pensamento*. Como o homem não controla – e não pode controlar – a sua história, o pensamento não pode transformar a realidade¹⁶. Mais do que isso: os interesses individuais são extremamente variados e, portanto, não podem existir valores ou princípios universais. Aqui reside o ponto decisivo: os princípios universais *nunca o são de fato, pois sempre* representam o interesse de um grupo particular que é apresentado como o interesse universal. Em suma: o conflito de interesses é uma constante nos assuntos humanos, e não há como superar esta condição.

1.2.1.2 Os atributos e a dinâmica do sistema internacional

O pensamento realista concebe o sistema internacional como uma arena formada essencialmente pela interação entre Estados soberanos. Por causa destas características, a ordenação deste sistema é *anárquica*: a configuração da relação de forças entre os Estados é sempre desigual e não há nenhuma instituição com poder suficiente para projetar-se sobre os Estados e arbitrar as suas relações. Nestas circunstâncias, a preocupação prioritária dos Estados tomados individualmente é com a sua própria segurança. Dado o caráter anárquico do sistema, os Estados só podem garantir a sua sobrevivência contanto com as suas próprias forças (*self-help*) ou estabelecendo alianças contra inimigos comuns. Aqui reside o aspecto central do pensamento realista: a única ordem possível em um sistema anárquico é aquela orquestrada pelo mecanismo do *equilíbrio de poder*. O *objetivo mínimo* de qualquer Estado é a garantia da sobrevivência. Hipoteticamente, o objetivo máximo é o domínio universal. Mas se um Estado persegue este objetivo ele viola o interesse mínimo dos demais Estados que, por causa desta ameaça, tendem a formar coalizões defensivas com o objetivo de neutralizar a ação do Estado expansionista. O

(15) Talvez a palavra melhor aqui fosse pressupor. Estas três características não são *explícitas*. Na verdade, Carr *deduziu* estes traços da argumentação geral de Maquiavel, e transpôs para o ambiente da política internacional. O traço mais marcante de Maquiavel – que expressa uma mutação fundamental no padrão anterior do pensamento – é a sua explicação sobre os problemas sociais *baseada na idéia de imanência*: a sociedade gera seus próprios problemas, e eles não podem ser equacionados com base em princípios extra-mundanos.

(16) Para o realista, nesta caricatura pelo menos, os padrões morais e as formas de pensamento *sempre são historicamente condicionados* em um sentido muito preciso: eles possuem uma *base real*, da qual eles são apenas uma *manifestação* tardia. Mais uma vez, embora seja possível deduzir isto de Maquiavel, Carr nitidamente exagera ao estabelecer este vínculo de forma tão direta.

equilíbrio de poder é, portanto, um princípio dinâmico, dotado de um elevado grau de automatismo, que preserva a autonomia dos Estados e eterniza o caráter anárquico do Sistema Internacional. Desta perspectiva, o problema central – do teórico e do estadista – envolve a *mensuração* da relação de forças entre os Estados, a qual gera o principal parâmetro destinado a orientar a política externa.

Para auxiliar a interpretação do cenário internacional, é muito comum entre os realistas a criação de uma *tipologia dos sistemas internacionais*, baseada fundamentalmente no modo e no *grau* de distribuição de poder entre os agentes. Há pelo menos dois tipos básicos de sistemas: os pluripolares e os bipolares. Os sistemas bipolares são caracterizados pelo grande descompasso entre a magnitude de poder das duas grandes potências (necessariamente rivais) e as demais unidades políticas. A grande concentração do poder exige uma demarcação mais rigorosa de áreas de influência, fato que torna o sistema de alianças extremamente rígido e garante ao Estado preponderante uma elevada capacidade de liderança dentro de sua esfera de influência. Neste caso, como o objetivo primário é vencer ou ao menos conter o bloco rival, o acúmulo de poder dos Estados aliados não é visto como um motivo de preocupação imediata. Muito pelo contrário: dentro de certos limites, o acréscimo de poder dos aliados pode ser decisivo na vitória contra o bloco antagônico. Os sistemas pluripolares possuem pelo menos 3 unidades políticas nitidamente superiores às demais. Como nos sistemas pluripolares o poder é menos concentrado - o grau de concentração de poder é inversamente proporcional ao número de centros - este tipo de sistema difere bastante do anterior. A liderança dentro de cada bloco é relativamente frouxa, fato que torna o sistema de alianças extremamente *flexível*: os pequenos Estados e as potências intermediárias mudam frequentemente de posição, de acordo com as circunstâncias. É importante ressaltar que isto não ocorre somente por causa da baixa capacidade de liderança das grandes potências, mas também porque, em um sistema com mais de dois centros, o acúmulo de poder dos aliados é muito menos tolerado. Se, dentro de uma mesma coalizão, um Estado que ocupa uma posição intermediária começa a acumular muito poder, é esperado que os seus aliados vejam esta situação como uma ameaça potencial e, portanto, rompam a sua aliança e busquem outra coalizão, fato que pode alterar no número e a disposição dos blocos.

1.2.2 Idealismo

1.2.2.1 O denominador comum do idealismo: a transformação

Ao contrário do realismo, que possui uma base filosófica razoavelmente bem definida, as matrizes do que se convencionou denominar idealismo são extremamente variadas. O único elo que articula *todas* as variantes do idealismo é a tese de que, pela ação do próprio homem, a realidade social pode ser transformada em um sentido *qualitativamente* superior, onde a exploração, o crime e as guerras poderiam ser erradicadas. Assim, o idealismo envolve de forma explícita uma discussão *ética* sobre que *valores* devem ser descobertos ou construídos para reestruturar radicalmente a sociabilidade humana. Aqui, portanto, a concepção de política é o oposto da visão realista, pelo menos em sua forma caricata: a política deve sempre estar subordinada à moral. Para usar uma linguagem mais atual, a Razão

Substantiva é que deve comandar a investigação teórica e a prática social¹⁷. Outro aspecto importante a ser destacado é que o diagnóstico da realidade traçado pela esmagadora maioria dos pensadores classificados como idealistas é bastante similar: *a causa* dos conflitos internacionais é a *configuração do sistema internacional*, isto é, o fato dele ser composto por Estados soberanos, preocupados primordialmente com a preservação da sua segurança. A grande diferença com relação ao pensamento realista é que os idealistas não concebem esta situação como imutável: pelo contrário, é *possível* alterar os fundamentos da organização social dos homens e do sistema internacional. A partir deste ponto o consenso termina e tem início a miríade de correntes idealistas. É impossível – e ineficaz – mencionar todas elas. Logo, parece-me muito mais frutífero decompor o conjunto de interpretações em seus fundamentos lógicos.

1.2.2.2 Os sentidos da transformação: a mudança do sistema ou de suas unidades

Se a fonte dos conflitos internacionais é o seu caráter anárquico, a solução mais evidente seria a criação de alguma autoridade formal capaz de ordenar a relação entre os Estados. Mas esta autoridade não pode ser discricionária – por exemplo, um império mundial construído pela força, mediante uma “falha” do equilíbrio de poder. Quem caminha nesta direção tende a defender a criação de alguma forma de *federalismo global*, isto é, a constituição de um poder central que respeita as particularidades locais. Neste caso, poderíamos dizer que a *natureza* do Sistema Internacional foi transformada: ele deixaria de ser anárquico, pois uma forma de poder baseada no consenso foi criada para administrá-lo, sem eliminar a sua heterogeneidade. É possível conceber também uma alteração que não envolve a criação de um aparelho político acima dos Estados, mas que atua *nos interstícios das fronteiras estatais*. Neste caso, a visão dominante é de cunho liberal e, em síntese, sustenta que a abertura total das fronteiras ao comércio internacional fomentaria a interdependência econômica, a qual geraria um grau elevado de convergência de interesses, fato que tornaria uma guerra extremamente custosa – pois interromperia o funcionamento da economia mundial – e, portanto, praticamente impossível. Neste caso a pluralidade de Estados poderia até mesmo persistir, já que, sem a preocupação com a guerra, suas funções seriam bastante simplificadas: eles apenas cuidariam das tarefas que não despertam o interesse da iniciativa privada, exerceriam o poder de polícia, garantiriam os direitos do cidadão e a propriedade dentro de sua jurisdição.

Acima discutimos as interpretações situadas no plano do sistema internacional, isto é, que advogam a transformação da sua natureza. Mas o pensamento idealista também apresenta formulações situadas no plano do Estado¹⁸. Nesta linha, o sentido das transformações é inverso: os Estados sofrem transformações *internas* e estas refletem na arena internacional. O exemplo mais explícito desta visão é a

(17) Este tema é tratado minuciosamente em Immanuel WALLERSTEIN. *Utopistics: or historical choices of the twenty-first century*. Nova York: New Press, 1998.

(18) Há outra forma de classificar as interpretações no âmbito das Relações Internacionais: de acordo com o *sentido dominante da determinação*. Há interpretações onde o sentido causal preponderante ocorre *das unidades para o conjunto*: os estados sofrem transformações internas – a adoção da democracia, por exemplo – e, em decorrência, o Sistema Internacional altera as suas características. Este tipo de explicação é usualmente conhecida como “de dentro para fora” (inside-out). No outro plano situam-se as interpretações que enfatizam o papel constrangedor que a organização do Sistema Internacional exerce sobre as suas unidades. Este tipo de interpretação, que prioriza as determinações do conjunto para as partes, é chamada de “de fora para dentro” (outside-in).

tese derivada de Kant de que as democracias não entram em conflito entre si. Por causa das virtudes *intrínsecas à democracia* – e não por nenhuma forma de pressão – os Estados tendem, *por decisão própria*, a adotar esta forma de governo. Se todos os Estados se tornarem democráticos, o sistema internacional tenderá a paz porque as unidades que o compõe sofreram uma transformação interna: como os homens passam a agir em função do imperativo categórico, o sistema democrático torna possível a criação do consenso e, no plano internacional, a paz se concretiza. Há outra variante deste raciocínio: os Estados socialistas também não atacam os seus pares. A difusão do socialismo pelo globo, hipoteticamente, eliminaria o conflito militar e prepararia as bases para a implantação do comunismo, onde todas as formas de exploração seriam eliminadas e todos os obstáculos à realização das potencialidades humanas seriam removidos, por conta da harmonização entre a produção coletiva (o verdadeiro segredo da produtividade capitalista) e as novas formas de distribuição. Nestes dois casos que examinamos, o sentido da transformação é do interior dos Estados para o conjunto (o Sistema Internacional). Isto é: o conjunto se altera porque as suas unidades sofreram uma metamorfose.

1.2.2.3 O primado da Ética

Deixaremos um pouco de lado a questão referente ao *sentido* da transformação para retornarmos ao ponto de consenso entre os idealistas. Para estes autores, o estudo das relações internacionais deve ser pautado por uma perspectiva política *emancipatória*, isto é, destinada a remover os constrangimentos ao potencial humano e a eliminar *todas as formas de dominação*. O seu lema prioritário é a *Justiça substantiva*, uma noção ética fundamental, que diz respeito à correção das ações humanas em si, com referência com algum valor moral. Alguns idealistas, sob influência de Aristóteles, almejam construir um equilíbrio entre a justiça aritmética (reconhecimento de direitos e deveres iguais, independentemente da situação peculiar dos indivíduos) e a justiça proporcional (onde os direitos e deveres variam em função da peculiaridade dos agentes). Outros, como os pensadores de inspiração marxista, defendem o primado da justiça proporcional, tal como transparece na famosa menção de Marx às características do comunismo: “de cada um conforme a sua capacidade, a cada um conforme a sua necessidade”. Em todos os casos, a análise das relações internacionais empreendida pelos idealistas é sempre orientada por um projeto político subordinado a questões éticas.

1.2.2.4 A sociedade internacional

Devido à arraigada visão de que o Estado é a manifestação natural de qualquer sociedade complexa, sempre houve resistência nos círculos científicos à idéia de que o Sistema Internacional poderia ser concebido como uma *sociedade internacional*. Mas, apesar disto, o cenário internacional apresenta regras e padrões de conduta que vigoram até nos momentos de crise internacional aguda. Logo, embora formalmente anárquico, o sistema internacional é provido de um tipo de ordem que não pode ser concebida como um mero reflexo da interação de Estados. Esta suposta ambigüidade sempre trouxe dificuldade para a disciplina Relações Internacionais. Um estímulo importante veio de outro ramo do conhecimento: a antropologia que, durante as décadas de 1950 e 1960, renovou as perspectivas em torno

do clássico tema das “sociedades primitivas”¹⁹. Diversos preconceitos foram derrubados. Em primeiro lugar, tanto na economia quanto na política, muitas destas sociedades não são tão simples assim. O termo “economia natural” perdeu a aura pejorativa: é exatamente pelo fato das unidades econômicas terem elevado grau de autarquia que a economia – no sentido que os economistas atribuem ao termo - é *marginal* na reprodução da sociedade e, portanto, está sempre subordinada a outras relações sociais, que engendram sistemas sofisticados de troca, que podem prescindir da moeda ou da mediação dos mercados²⁰. Além disto, praticamente todas as *sociedades* ditas “sem Estado” possuem algum grau de segmentação social e mecanismos de disputa de poder e de organização das relações sociais. Logo, são sociedades políticas, mesmo que desprovidas de um aparelho baseado no monopólio da violência e especializado na manutenção da ordem social. Estavam dadas as condições para um diálogo cada vez mais sistemático entre a Antropologia e a Política Internacional/Relações Internacionais²¹.

Uma das primeiras correntes do pensamento a adotar a idéia de que o Sistema Internacional pode ser concebido como uma sociedade peculiar foi a *Escola Inglesa das Relações Internacionais*. Discutiremos logo em seguida as demais características desta vertente teórica. No momento temos de ressaltar apenas um aspecto central: a sociedade internacional é, nesta corrente, essencialmente, vista como uma *sociedade de Estados* que, *pragmaticamente*, respeitam um conjunto de regras comuns. No entanto, existem pelo menos outras duas formas de se conceber a sociedade internacional. Uma das matrizes, que antecede a escola inglesa, parte de Norman Angell e situa o centro de gravidade não nas relações interestatais, mas, sobretudo, nas relações transnacionais que se irradiam pelo sistema internacional, explorando a porosidade das fronteiras. Neste caso, como bem definiu Fred Halliday, trata-se de *uma sociedade que vai além das fronteiras*²² e que, exatamente por causa disto, dilui a influência do Estado e, portanto, eleva o poder do indivíduo. Há também uma terceira forma de conceber a Sociedade Internacional, muito influenciada por Burke: a criação – geralmente pela *tradição* - de normas compartilhadas, que se fundam na conexão entre a estrutura interna das sociedades e o ambiente internacional.

(19) Na ciência econômica, um debate bastante similar era travado nesta época: a tensão entre os “substantivistas” e os “formalistas”. Os primeiros também recorreram às sociedades primitivas para mostrar a *especificidade* do mercado capitalista e o modo como ele *transforma* a sociedade. Para um resumo dos pontos centrais desta discussão, ver Nuno Miguel Cardoso MACHADO. Karl Polanyi e o “Grande debate” entre substantivistas e formalistas na Antropologia Econômica. *Economia e Sociedade*, v. 44, abr. 2012.

(20) Cf. Pierre CLASTRES. *A Sociedade contra o Estado*. trad. 5ª. ed. Francisco Alves, 1990. p. 11-15; Karl POLANYI. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000 cap. 4; POLANYI. Aristotle discovers the economy. In: George DALTON (Org.). *Primitive, archaic and modern economies. Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, 1969.

(21) Este diálogo, bruscamente interrompido, remete às reflexões sobre a tendência à padronização em sistemas anárquicos simples, tal como salientou Evans-Pritchard no caso dos Azande (cf. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978. [ed. Original 1940]), e, posteriormente, Max GLUCKMAN (cf. *Order and rebellion in tribal Africa*. London: Cohen and West, 1963).

(22) cf. Fred HALLIDAY. *Rethinking international relations*. London: Macmillan, 1994. p. 94. Pensando sobretudo no ambiente acadêmico dos anos 70, Halliday inclui neste rol autores como John Burton, Nye e Keohane e se esquece de inserir Norman Angell como um dos principais pioneiros do transnacionalismo.

1.2.3.1 A Escola Inglesa: uma síntese entre o Realismo e Idealismo?

De acordo com seus defensores, a escola Inglesa ou “racionalista”²³ almeja produzir uma *fusão* entre o realismo e o idealismo: como ponto de partida eles tomam do realismo o pragmatismo e a análise fundada em torno da lógica do poder. No entanto, como vimos, o pensamento realista – se levado às últimas consequências – é essencialmente estático e pessimista. É exatamente para superar esta posição que os “racionalistas” buscam apoio na tradição idealista: a realidade social não é um mecanismo totalmente automático e reificado, pois ela pode ser transformada pela ação política. E esta transformação deve partir exatamente da ampliação e efetivação dos focos de cooperação que despontam regularmente no Sistema Internacional²⁴. Até aqui não há nenhuma grande novidade. O que realmente singulariza a posição “racionalista” não é o quanto ela supostamente avança com relação ao realismo, mas, paradoxalmente, o quanto ela reafirma seus fundamentos: trata-se, essencialmente, da defesa *intransigente da soberania estatal* como a base para a construção de uma ordem internacional tendencialmente pacífica. E esta visão domina também o pensamento de Hedley Bull. Para este autor, toda sociedade repousa em *três elementos fundamentais*: 1) limitação da violência; 2) cumprimento dos acordos e 3) estabilidade das posses. Neste sentido, o Sistema Internacional também pode ser visto como uma sociedade, embora bastante peculiar: uma *sociedade anárquica*. Os Estados, embora preocupados prioritariamente com a segurança, possuem também o interesse na limitação do uso da força, na previsibilidade das relações internacionais (garantia dos acordos) e na estabilidade das posses. Sem estes interesses comuns, a diplomacia seria impossível e, seguramente, não existiria uma economia mundial. A proposta política racionalista envolve a consolidação e o aprimoramento desta zona de interesses comuns, consubstanciada em uma “cultura diplomática” que garantiria um nível qualitativamente superior de ordem no Sistema Internacional.

Como já adiantamos, o que supostamente caracteriza esta escola é exatamente a combinação entre princípios normativos (de inspiração idealista) com a defesa da soberania estatal (um princípio “realista”). Para os racionalistas, nada garante que a eliminação do caráter anárquico do Sistema Internacional pela criação de um Governo Mundial seria vantajoso para os indivíduos e para os grupos sociais²⁵. No primeiro caso, a criação de uma estrutura política unitária com poder suficiente para atuar em escala global seria uma ameaça constante à liberdade individual pois, para ser efetivo, o Governo

(23) Esta nomenclatura pode causar confusão. Os Norte-Americanos tendem a utilizar o termo *rationalism* para identificar as interpretações baseadas na teoria das expectativas racionais. Não é o caso neste momento do texto: seguindo a tradição britânica de política internacional, por racionalismo entendemos as interpretações associadas à escola inglesa de Relações Internacionais, cujos expoentes mais conhecidos são Martin Wight e Hedley Bull.

(24) Nisto reside, para o racionalista, a síntese entre o realismo e o idealismo. O ponto de partida deve ser algum *fenômeno real*, isto é, derivado da *prática* – as relações de cooperação e as instituições criadas pelos Estados para aprimorar a *qualidade* das suas relações – o qual deverá servir de alicerce para os projetos políticos destinados a *reduzir o grau de conflito internacional*.

(25) A rigor, Martin Wight e Hedley Bull, sintomaticamente, jamais fazem referências explícitas à *classes sociais*. A crítica a um hipotético império é feita em nome de sua ameaça às liberdades *individuais*.

Mundial deveria apoiar-se em uma máquina repressora praticamente invencível²⁶. O poder desmesurado do centro político também poderia congelar a assimetria de riquezas e de poder que caracteriza o Sistema Internacional. De acordo com Hedley Bull, os Estados mais fracos são os que mais insistem na questão da soberania nacional: resistem aos órgãos e instituições transnacionais criados pelos Estados mais poderosos. Julgam que a OMC e o FMI, por exemplo, são ameaças à sua soberania. Para Bull, a luta primária dos fracos sempre foi a conquista da Autonomia Nacional, através dos movimentos de descolonização e dos projetos desenvolvimentistas. Logo, a máquina de Estado é a sua arma principal. Portanto, privar os desfavorecidos deste recurso provavelmente os condenaria a ruína²⁷.

Mas, efetivamente, do ponto de vista “racionalista”, o que é uma sociedade internacional? Para responder a esta questão, precisaremos fazer um breve contraste entre os principais expoentes da Escola Inglesa: Martin Wight e seu discípulo, Hedley Bull. Para Wight, todas as grandes sociedades internacionais registradas na história – China Antiga; Civilização Greco-Romana, o Concerto Europeu do século XIX etc. – surgiram em regiões marcadas por um elevado grau de unidade linguística e cultural. É muito mais fácil estabelecer relações entre grupos humanos que possuem concepções convergentes sobre a realidade e sobre a conduta social. O reforço destes laços também ocorre pelo contraste. A identidade social é definida prioritariamente pela negatividade. Os “povos civilizados” julgam estar um degrau acima dos bárbaros e semi-civilizados que os cercam. Este senso de superioridade facilita a comunicação e a interação entre os membros de uma mesma civilização e, portanto, favorece a constituição de uma Sociedade Internacional. O problema desta idéia é que, se acreditarmos que uma sociedade internacional só pode florescer dentro de uma certa unidade cultural, as diferenças entre o Ocidente e o Oriente, por exemplo, impediriam a formação de uma sociedade internacional realmente global. A única saída seria a imposição de um dos padrões culturais sobre as civilizações remanescentes.

Foi para contornar este problema que Hedley Bull *salientou* uma distinção que não existe de forma explícita na obra de seu mestre: a *diferença* entre Sistema Internacional e uma Sociedade Internacional em um sentido predominantemente pragmático. Um Sistema Internacional é a forma mais simples de interação entre unidades políticas: é formado quando *dois ou mais Estados estabelecem relações tais que, para agir, cada um leva em consideração a posição e o comportamento dos demais*. Assim, todas as unidades políticas agem como partes de um todo mais vasto²⁸. Uma *Sociedade de Estados* é um sistema de Estados que, além das relações regulares que definem um sistema internacional, possui um conjunto de regras e instituições comuns. O elemento decisivo é que esta sociedade de estados

(26) Esta é, nitidamente, uma crítica de extração liberal. A pluralidade de unidades políticas no Sistema Internacional é um foco de conflito mas, colateralmente, a constante tensão entre os Estados ajuda a proteger os direitos do cidadão, principalmente com o desenvolvimento das telecomunicações, onde os indivíduos de países diferentes podem entrar em contato direto. Uma vez concretizado um centro político monolítico e poderoso, a segurança social seria máxima, mas a liberdade individual possivelmente deixaria de existir.

(27) Trata-se, na verdade de um sofisma não muito engenhoso. Na hipotética construção de um órgão administrativo central que substituísse o sistema interestatal, poderiam existir mecanismos *locais* de consulta dos interesses setoriais. É exatamente por conta da soberania parcelar do Sistema Interestatal que a luta social envolve influenciar o Estado.

(28) Esta definição é, como o próprio Bull afirma, tomada de Raymond Aron. Cf. *Paz e guerra entre as nações*. trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, 2002. p. 153.

pode florescer e envolver Estados que não pertencem a uma única civilização²⁹. A simples *idéia pragmática* de que, apesar das diferenças, os Estados precisam encontrar uma forma de coexistência o mais pacífica possível é, para Hedley Bull, suficiente para definir uma sociedade internacional³⁰. Esta retificação das possíveis implicações do raciocínio de Wight evita a crítica ao *imperialismo cultural*: é possível, pelo menos em teoria, criar uma sociedade internacional baseada na tolerância, sem a imposição dos valores ocidentais. Jon Vincent deu continuidade à linha inaugurada por Bull: a sociedade internacional é mais *funcional* – isto é, deriva das vantagens de encontrar formas de coexistência entre unidades diferentes [diversidade] – do que cultural ou moral³¹. Logo, os três princípios elementares da vida social são os fundamentos reais da sociedade internacional vigente: são até o momento mais efetivos do que a cultura diplomática, pois são elementos reconhecidos de forma praticamente universal e, em grande medida, espontâneos. Podemos ainda aduzir uma última característica: esta perspectiva funcional também se vangloria de desviar-se das dificuldades inerentes ao jusnaturalismo, por substituir uma lógica de essências (potencialmente fundamentalista) por uma lógica de resultados práticos.

1.2.3.1.1 – A falsa promessa: o primado das relações interestatais

Para situarmos esta linha de análise em seu devido lugar, temos de fazer duas observações. A primeira delas diz respeito a auto-imagem dos “racionalistas”. Definir o racionalismo como a linha intermediária entre idealismo e realismo gera mais problemas do que soluções. Se o critério fosse este, seríamos levados a situações absurdas: Edward Carr e Raymond Aron teriam de ser classificados como racionalistas. Para Carr, toda e qualquer forma de vida social sempre está embebida pela utopia: do contrário, o destino final da humanidade seria desaparecer mediante um processo de misantropia crescente³². Logo, como a razão produz a utopia para não desaparecer, os sonhos fazem parte da realidade e, deste modo, *jamais podem ser excluídos da análise teórica ou do julgamento político*. Raymond Aron, por vias radicalmente diferentes, chega a um resultado similar quando, sarcasticamente,

(29) Cf. BULL, Hedley. *A sociedade...* op. cit. p. 22; p.354-5.

(30) Na verdade, não há muita diferença entre Sociedade Internacional atual (em sua forma embrionária) e o que Hedley Bull denomina “cultura diplomática”. Isto fica particularmente claro na seguinte passagem: “Podemos dizer que nesta sociedade internacional há pelo menos uma cultura diplomática, ou de elite, abrangendo a cultura intelectual comum da modernidade: as línguas comuns, principalmente o inglês; uma compreensão científica do mundo e certas noções e técnicas comuns que derivam da aceitação universal do desenvolvimento econômico por todos os governos do mundo moderno, assim como o seu envolvimento universal com a tecnologia moderna. *No entanto, esta cultura intelectual comum só existe na elite*. “ Ibid, p. 355 (grifo meu). Logo, nesta visão, o que sustenta a Sociedade Internacional atual, *não é a homogeneidade*, mas uma cultura diplomática que articula a sociedade internacional *de cima para baixo*. Exatamente por isto Bull defende o primado das relações interestatais sobre as relações transnacionais. Há ainda outro problema, que o próprio Bull salienta: “Precisamos reconhecer também que a cultura cosmopolita nascente que temos hoje, como a sociedade internacional que ela ajuda a sustentar, inclina-se a favor das culturas dominantes do Ocidente. Como a sociedade internacional, a cultura cosmopolita de que depende pode precisar absorver elementos não-ocidentais em escala muito maior para que se torne genuinamente universal, e para que proporcione base sólida a uma sociedade internacional verdadeiramente universal.” Ibid.

(31) Cf. VINCENT, Jon. *Human rights and international relations*. Cambridge: Cambridge U.P., 1986.

32 Cf. Edward H. CARR. *Vinte anos de crise*. op. cit. cap. 6.

destaca o espírito cruzadístico e *idealista* comum a Woodrow Wilson e Hans Morgenthau³³ com a seguinte frase:

É o verdadeiro realismo [!!], abrangendo toda a realidade, que dita a conduta diplomático-estratégica, adaptada não ao ‘quadro retocado’ do que seria a política internacional se os estadistas fossem sábios no seu egoísmo, mas ao que ela é efetivamente, com suas paixões e loucuras, com as idéias e a violência deste século³⁴.

Em suma: o suposto realismo de homens como Morgenthau não passa de uma espécie de idealismo pessimista, que deixa de cobrir toda a realidade e a substitui por uma *visão pessimista de como o mundo deveria ser* – no caso de Morgenthau, pautado pela paz negativa - e não como ele efetivamente é.

A segunda observação exige uma caracterização mais precisa do que Hedley Bull entende por sociedade internacional. Duas coisas são extremamente claras em sua visão: 1) a sociedade internacional moderna depende muito pouco da esfera transnacional. A sua base fundamental reside na relação oficial entre os Estados que, por sua vez, se estrutura em torno da posição privilegiada das Grandes Potências, que definem a legitimidade internacional. O outro sustentáculo é a cultura diplomática que, como vimos, é uma cultura compartilhada pelas elites que fazem parte ou gravitam em torno da burocracia dos Estados; 2) Do modo como Bull constrói o seu argumento, somos levados a concluir que a Sociedade Internacional é, de uma perspectiva classificatória, singular: é a única a reunir simultaneamente características aparentemente incongruentes. Ela é uma Sociedade extremamente vasta (reúne, embora de forma indireta, praticamente toda a população do globo), complexa, heterogênea e, mesmo assim, assume a forma de uma *anarquia ordenada*. Neste sentido, ela não pode ser confundida com as sociedades sem Estado – outrora denominadas “sociedades primitivas” - pois tais sociedades também assumem um formato anárquico baseado em regras de conduta (a base da ordem), porém são simples e culturalmente *homogêneas*. Formulando nestes termos o problema, no horizonte temporal previsível, tudo parece apontar para a *inevitabilidade da assimetria de poder*. A heterogeneidade é uma das principais virtudes da Sociedade Internacional moderna, mas tal característica tem um custo: uma sociedade anárquica, vasta, complexa e heterogênea só pode *se sustentar por uma desigualdade de poder entre os Estados* (a base do equilíbrio de poder *no sistema*) e no interior das sociedades nacionais (o respeito à ordem política oficial). É exatamente por isto que esta sociedade está constantemente ameaçada pelas Revoluções Internacionais e pelo dissenso no seio das Grandes Potências (que geralmente desemboca nas “guerras mundiais”).

A questão é: onde está a inovação? O próprio Hedley Bull reconhece a sua dívida com Roger D. Masters, um dos pioneiros na comparação do sistema internacional com as sociedades “primitivas”³⁵. Masters parte da sagaz análise de E. E. Evans-Pritchard sobre os Nuer para comparar a anarquia ordenada dos “sistemas políticos primitivos” com o Sistema Internacional. As semelhanças são óbvias.

(33) Cf. Raymond ARON. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002 p. 725 e segs. O termo idealismo é, neste caso particular, usado no sentido de uma deformação da realidade pelo reducionismo e pela confusão entre projeto político (“praxeologia”) e teoria, *fato que impede a distinção entre as regularidade e as particularidades históricas*

(34) Ibid, p. 727.

(35) Cf. Roger D. MASTERS. World politics as a primitive political system. *World Politics*, XVI, 1964. Mimeo.

primeiro, – escreve Masters – a falta de um governo formal com poder para julgar e punir as violações da lei; segundo, o uso da violência e da ‘auto-ajuda’ pelos membros do sistema para atingir seus objetivos e reforçar as obrigações, terceiro, a lei e as obrigações morais são derivadas tanto dos costumes como das relações particulares de barganha (i.e., a falta de um corpo legislativo formal operando com base – e gerando – regras gerais); e quarto, um princípio organizacional preponderante que estabelece unidades políticas que cumprem várias funções no sistema social como um todo[difusão]³⁶.

Masters desenvolve bastante esta analogia, a qual, de acordo com seu ponto de vista, não ocorre apenas de uma perspectiva classificatória imóvel, como também envolve uma similaridade na dinâmica social pois, em ambos os casos, não só os conflitos e a violência, mas também as *regras gerais* se estruturam em torno da relação competitiva entre grupos opostos, que acaba por produzir uma ordem social fundamentalmente baseada na combinação entre auto-ajuda, contenção e retaliação. Esta ordem social é, exatamente por causa destas características, marcada por contínuas transformações superficiais que, no entanto, não são capazes de eliminar o seu formato anárquico.

Hedley Bull também não inovou muito ao explorar as diferenças entre a Sociedade Internacional e as Sociedades Sem Estado. Roger Masters contrapõe com habilidade a *homogeneidade* que caracteriza as sociedades primitivas com a *heterogeneidade* que singulariza o sistema internacional:

Em contraste [com as sociedades “primitivas”], o sistema político internacional regularmente inclui culturas políticas radicalmente diferentes. Como Almond demonstrou, sistemas políticos nacionais que enfrentam a tarefa de integrar culturas políticas diferentes são sujeitos a abalos que não existem em sociedades mais homogêneas; *a fortiori*, este problema é ainda maior em um sistema que permite que várias culturas políticas antagônicas se organizem como estados-nacionais autônomos. De forma geral, portanto, podemos dizer que o princípio da auto-ajuda e a descentralização estrutural tendem a produzir um grau maior de instabilidade na política mundial do que na maioria das sociedades primitivas sem Estado³⁷.

Masters também chama atenção para um tema que está no centro da obra de Hedley Bull: a idéia de que a difusão *dos efeitos* da ciência moderna ocidental *acirrou* as diferenças culturais entre as civilizações que participam da política mundial, não só por intensificar a interação entre os “povos”, mas também por possibilitar que as nações mais poderosas *elevem o continuamente sua superioridade tecnológica*, gerando um fosso intransponível entre os estados proeminentes e os “subdesenvolvidos”. Assim, conclui Masters, a interação entre Estados avançados e Estados atrasados pode expor o sistema internacional “ao caos”³⁸. Hedley Bull, refletindo sobre o cenário do final da década de 1970, parte exatamente desta perspectiva para concluir que, sem a ampliação do clube das grandes potências e a incorporação das demandas de parte do terceiro mundo, a frágil sociedade internacional moderna poderá desaparecer e, junto com ela, a estabilidade e a ordem internacional.

(36) Cf. Ibid, f. 2.

(37) Ibid, f. 12, p. 115.

(38) Cf. Ibid, f. 13, p. 116.

Um pouco antes de Masters, Fred Riggs³⁹ já havia explorado a comparação entre o sistema internacional e as sociedades primitivas ao afirmar que o sistema internacional *é um sistema prismático*, no sentido de combinar a difusão no plano internacional (a homologia das funções do Estado) com a fusão que caracteriza a *política interna*. Resta saber então porque Bull escolheu Roger Masters e não Riggs como ponto de partida. A resposta não é difícil de ser encontrada. Do modo como Masters faz a analogia, é possível vislumbrar a sociedade internacional como uma sociedade de Estados⁴⁰. A extrapolação da analogia de Riggs aponta para outra direção: a tensa relação entre os processos internacionais que ocorrem no ambiente difuso da arena internacional *em combinação com os processos políticos que se desdobram no interior do Estado*, em um meio hierárquico. Ou seja, partindo de Riggs é possível caminhar tanto para a concepção da sociedade internacional como *uma sociedade transnacional* quanto para a concepção da sociedade internacional como a resultante de interações societais e interestatais, tema que discutiremos logo a frente.

1.2.3.2 A Sociedade Internacional como *produto do adensamento das relações transnacionais*

Uma segunda forma de conceber a sociedade internacional pressupõe um deslocamento de eixo: das relações interestatais para as relações transnacionais. Há uma variedade de autores que se encaixariam dentro desta percepção: praticamente todos os liberais (em especial os “neo institucionalistas” e os “teóricos da interdependência”). No entanto, um dos primeiros autores a destacar este problema, mesmo que de forma indireta, foi Norman Angell⁴¹. Apesar do sucesso editorial que marcou a publicação de *A Grande Ilusão*, a valorização da obra de Angell é um fenômeno relativamente recente, diretamente ligado à popularização das reflexões em torno das Relações Internacionais. Em diversas passagens do referido livro, de forma implícita, Angell antecipa a discussão que ferveu na década de 1990 sobre a formação de uma espécie de sociedade civil mundial como um freio à potencial arbitrariedade do Estado (e, no caso da então minguada esquerda, do Capital): a crescente interação direta entre os indivíduos através das fronteiras forma diversas comunidades e grupos de interesses que, na prática, operam como uma espécie de defesa suplementar da liberdade civil, só que situada na esfera transnacional.

Este aspecto de sua obra – o mais importante – foi marginalizado por conta de um motivo muito simples: todo pensador relevante produz a sua obra sob estímulo de um problema político concreto. As características mais gerais do pensamento – os fundamentos teóricos – atuam em um segundo plano que, embora independente, é muito difícil de ser destacado dos problemas concretos que motivaram a obra.

(39) Fred W. RIGGS. International relations as a prismatic system. *World Politics*, XIV, n. 1, 1961.

(40) De fato, Roger Masters sequer menciona as relações transnacionais como parte da política mundial. O seu modelo pressupõe o Estado como a única unidade efetiva de análise.

(41) Norman Angell *não utiliza o termo sociedade internacional*. Ele sequer estabelece a distinção formal entre relações interestatais e relações transnacionais. É exatamente esta indistinção que obscurece alguns aspectos da sua obra. No entanto, como já fizemos alusão, a sua discussão está integralmente situada na zona transnacional, compreendida como uma arena onde os indivíduos exercem o seu livre-arbítrio.

Para dar conta dos problemas sociais da Grã-Bretanha de sua época, sobretudo a pobreza e o desemprego, Hobson produziu reflexões gerais sobre o funcionamento da sociedade liberal e uma polêmica interpretação sobre o imperialismo. Norman Angell, por sua vez, é herdeiro direto desta linha de reflexão, mas que é pontuada por uma dimensão do problema que não era tão candente quando Hobson escreveu o seu principal estudo: como superar o imperialismo para evitar um conflito internacional que, infelizmente, acabou eclodindo em 1914. Neste aspecto, Angell possui um enfoque diferenciado: o seu discurso é destinado de forma mais direta aos cidadãos das principais potências européias (Inglaterra, França e Alemanha principalmente), mas incide, de forma oblíqua, sobre o conjunto do sistema internacional⁴². Nosso interesse aqui é na dimensão geral, mais particularmente nas implicações para uma concepção da sociedade internacional centrada na dimensão transacional. No entanto, é mais fácil destacar este aspecto tangenciando o problema que assombrava o autor.

Um dos pilares fundamentais da interpretação de Angell é a tese de que, *nas condições atuais*, a Guerra não é a melhor forma de promover o desenvolvimento econômico. Tal argumento só pode ser compreendido se levarmos em conta a concepção de *política* adotada pelo autor: a política é, essencialmente, a arte de criar o consenso em torno de posições divergentes, através do debate na esfera pública⁴³. Logo, para Angell, o liberalismo não pode ser confundido apenas com a defesa do mercado livre. Uma sociedade só é verdadeiramente liberal se possibilitar o livre acesso do cidadão às informações, o único modo de garantir que o indivíduo não seja ludibriado pelos sofistas que usam da retórica para impor seus interesses particulares como interesses gerais⁴⁴. Portanto, em uma sociedade realmente liberal, basta provar com argumentos racionais que a Guerra não serve aos interesses da

(42) É exatamente por este motivo que Norman Angell exerceu uma influência mais direta sobre a disciplina relações internacionais do que Hobson, por exemplo. Por outro lado, embora o vínculo com a questão da Paz tenha lhe garantido uma posição de relativo destaque como um dos precursores da disciplina, este estigma contribuiu para marginalizar suas reflexões. Primeiro porque a tão temida guerra acabou por ocorrer, mesmo com a campanha pacifista dirigida à esfera pública. E em segundo lugar, convencionalmente se explica a eclosão da Segunda Guerra Mundial como, dentre outras determinações, um dos efeitos do fracasso da orientação liberal no interior dos Estados (tanto nos regimes que aderiram voluntariamente à democracia quanto, como na Alemanha, onde ela foi imposta) e na política internacional (a Liga das Nações e os acordos ao estilo Briand-Kellog). O tom jocoso com que Edward Carr trata a obra de Angell é um dos melhores exemplos desta tendência, que se difundiu pelas centenas de manuais sobre teoria das relações internacionais.

(43) A atuação prática de Angell sempre foi consistente com suas posições teóricas: atuou como repórter e como jornalista em diversas ocasiões, onde sempre expunha suas idéias e respondia sistematicamente às críticas dos leitores, esperando com isto reduzir o clima de belicosidade crescente na opinião pública européia. Entre 1905 e 1912 ele foi editor da edição parisiense do *Lord Northcliffe's Daily Mail*, onde se envolveu em diversas controvérsias. A mais conhecida delas foi a respeito do significado econômico da posse da Alsácia-Lorena. Um jornalista replicou que os franceses deixaram de ganhar, só em impostos, uma renda anual de 8 milhões de libras. Angell publicou uma tréplica onde defendeu a tese que a ocupação da Alsácia-Lorena pelos alemães *não garantiu nenhuma vantagem líquida para os cidadãos da Alemanha* e, também, não trouxe efeitos negativos para o cidadão francês. Angell reproduziu este texto em *A Grande Ilusão*, cf. p. 33-5.

(44) Neste aspecto, Angell simplesmente reformula uma das idéias centrais de Hobson: este acreditava que a influência exagerada do setor financeiro na vida pública britânica de seu tempo explicava-se principalmente pela habilidade dos financistas em manipular as forças patrióticas em seu favor. Logo, denunciar publicamente este fato é o primeiro passo para abolir o imperialismo.

maioria dos indivíduos para que os apologistas do militarismo sejam derrotados nas eleições. Em suma: a luta pela Paz *deve ser travada no plano das idéias*⁴⁵.

Do modo como Angell formula o problema, compreender as causas da corrida armamentista seria a primeira tarefa para tentar evitar uma Guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Este clima de conflitividade é, na opinião do autor, baseado em uma *percepção equivocada* – uma ilusão⁴⁶ – das características singulares da era contemporânea, nutrida por idéias arcaicas que não são mais compatíveis com o estágio atual da civilização. Basicamente, o militarismo se fundamenta na crença “universal” de que o desenvolvimento econômico ocorre em função do poder político⁴⁷. Houve um período onde este raciocínio era compatível com a realidade: a era da formação das monarquias absolutistas⁴⁸. Como as unidades políticas estavam se formando em um clima de rivalidade intenso, sem nenhuma salvaguarda ao comércio internacional, o objetivo prioritário dos Estados era a *autarquia*. Neste cenário, depender de recursos situados fora de suas fronteiras era um claro sinal de fraqueza, que tinha de ser compensado através do expansionismo territorial. Logo, como *não havia nenhuma outra alternativa segura para obter recursos no exterior*, a guerra e o expansionismo territorial eram a norma da política internacional. Mas, lentamente, estas condições foram sendo transformadas com a *racionalização das idéias* e seu desdobramento mais visível: o progressivo desenvolvimento do comércio mundial, uma forma pacífica e relativamente barata de acesso *indireto* aos recursos situados fora das fronteiras políticas do Estado. O

(45) A melhor ilustração desta tese é a avaliação de Angell sobre o fracasso de Haia: “As conferências de Haia foram uma tentativa não de buscar a reforma das idéias, mas de modificar com métodos simplesmente mecânicos o maquinismo político da Europa, *sem levar em conta as idéias que lhe serviam de origem e sustentação*.” Ibid, p. 291 (grifo meu). Para fundamentar a sua concepção geral, Angell abordou com cautela temas antropológicos e filosóficos complexos, tais como a questão da Natureza Humana. A base filosófica do realismo político é a crença na *imutabilidade da natureza humana* que, além de refratária à Razão, é egoísta e marcial. Em um capítulo destinado a este tema, bem ao estilo liberal, Angell combate esta idéia destacando o longo processo de contenção da violência que marcou a evolução da humanidade. Mas esta discussão não ocupa necessariamente uma posição central no argumento básico de Angell que, com argúcia, preferiu uma saída mais pragmática para o impasse: contornar o problema. Para ele, a política não envolve a transformação de uma suposta natureza humana, mas sim a alteração dos *padrões de conduta* que, por sua vez, derivam de um *sistema de crenças produzido socialmente*. Alterar este sistema é transformar a conduta humana e, portanto, a política *pode modificar a realidade social*: “Não acreditamos que seja impossível formar ou modificar as idéias dos homens – crença que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política e religiosa. A ‘opinião’ pública não é um fato exterior aos homens: são os homens que a formam, neles está radicada, e são as leituras e o aprendizado do trabalho cotidiano, os seus contatos e as suas conversas que contribuem para construí-la”. Ibid, p. 285.

(46) Esta idéia já havia sido anunciada pelo autor em 1909 em um texto curto, intitulado *Europe’s Optical Ilusion*., livreto que serviu de base à redação de *A Grande Ilusão*. O título original traduz com mais precisão a idéia básica de Angell.

(47) Poder político entendido sobretudo como *controle direto sobre recursos estratégicos*: população, território e recursos naturais. Ou seja: a base do imperialismo.

(48) Na verdade, Angell não é muito preciso sobre os marcos temporais que utiliza. Ele destaca um gradual abrandamento da violência humana, que é refreada pela “ação das forças que presidem o desenvolvimento mecânico e social” (a misteriosa “lei primordial” que a pouco fizemos referência). O ponto de partida é a barbárie. “Vimos o homem ascender do período da luta brutal com os animais, da luta cruel pelos alimentos e pelas fêmeas; da fase em que devorava os seus próprios filhos, e em que os filhos disputavam com o pai a posse das suas mulheres. Vimos esse caos incoerente de conflitos animalescos ser substituído, pelo menos em parte, pelo trabalho estável e ordenado; e, de outra parte, subsistindo sob a forma da guerra mais organizada e metódica da pilhagem organizada, como entre os vikings e os hunos. Vimos que depois esses mesmos predadores abandonaram a sua predação em favor do trabalho mais regular, e pelos combates regulamentados do regime feudal. Vimos mais tarde o conflito feudal substituído pelas disputas das dinastias, religiões e territórios, e esses conflitos por fim também abandonados, substituindo unicamente as lutas entre Estados, com o próprio conceito e caráter do Estado passando por uma modificação radical e profunda”. Ibid, p. 168.

corolário destas transformações ocorreu no século XIX, quando as finanças articularam praticamente todas as nações em torno do sistema de crédito, o qual tornou-se a base da prosperidade econômica. Assim, além dos seus custos diretos (morte e destruição de propriedades), as guerras *interrompem as linhas de crédito* e, deste modo, reduzem a riqueza global, fato que compromete a economia *de todos os países*, cujos efeitos recaem sobre os ombros de seus cidadãos⁴⁹.

É a crença “irracional” de que o progresso econômico está ligado ao *controle direto de recursos* que alimenta o militarismo e gera uma paranóia generalizada: os Estados se preparam continuamente para a guerra, sobretudo por temerem que seus vizinhos possuem intenções hostis. Logo, unilateralmente, cada Estado legitima a expansão do seu próprio poderio militar como uma resposta ao mesmo comportamento – ou expectativa de comportamento – dos seus rivais. Assim, a corrida armamentista gera um mecanismo de retro-alimentação que a torna hiperbólica e, portanto, qualquer agressão pode detonar um conflito generalizado. Mas, como vimos, para Angell, esta doutrina é totalmente extemporânea e, portanto, falsa: hoje as fronteiras econômicas e políticas de um Estado não são e não precisam ser coincidentes. A simples existência de um mercado mundial dinâmico tornou obsoleta a orientação autárquica, já que o comércio permite que um Estado use os recursos excedentes dos demais. Um produto só pode ser ofertado regularmente no mercado internacional porque seu produtor já conseguiu satisfazer grande parte da demanda nacional. Logo, de acordo com Angell, a própria existência de um mercado mundial atesta o anacronismo da doutrina militarista.

Não se trata apenas de ressaltar a integração econômica como um suposto sustentáculo da Paz. Esta idéia já havia sido fartamente explorada por Cobden. Norman Angell inclui outra dimensão. Ele afirma que as guerras não ocorreram no passado apenas por causas estritamente econômicas: elas ocorreram também por diferenças políticas ou morais supostamente irreconciliáveis. No entanto, estas guerras surgiram no momento em que os Estados estavam se formando: além do esforço de criar uma economia de base nacional, os Estados nascentes tentaram criar fronteiras ideológicas que coincidissem com suas respectivas jurisdições. Hoje este cenário não existe mais: do mesmo modo que a economia, as fronteiras políticas *também não correspondem mais às divisões ideológicas*: logo, a guerra entre os Estados *não pode substituir o conflito de interesses entre grupos de cidadãos distintos*:

Hoje, a luta pelos ideais não pode mais assumir a forma de luta entre as nações, porque as linhas divisórias de ordem moral se dilatam dentro de cada país, ultrapassando as suas fronteiras políticas. Nenhum Estado moderno é completamente católico ou protestante, liberal ou autocrático, aristocrático ou democrático, socialista ou individualista. As lutas morais e espirituais do mundo moderno são trajadas entre os cidadãos de um mesmo Estado, em cooperação com os grupos respectivos existentes em outros Estados – não entre os poderes públicos de Estados rivais⁵⁰.

Logo, nas condições atuais, há uma rede de comunicação direta entre os grupos de cidadãos de Estados diferentes que acentua a porosidade das fronteiras políticas e situa as questões de conflito na dimensão

(49) Aqui reside uma diferença importante entre Norman Angell e Hobson: Angell privilegia as linhas de crédito entre países desenvolvidos em sua análise e, na prática, ignora a possibilidade de o investimento dos países desenvolvidos na periferia criar uma motivação adicional para o imperialismo (como afirma veementemente Hobson). Ele também não discute o subconsumo como uma provável fonte de ações imperialistas.

(50) Ibid, p. 55.

transnacional. Por fim, o poder militar é fútil pois não gera a prosperidade para o *indivíduo* e para o povo conquistador *como um todo*. A riqueza de um indivíduo *não aumenta* se seu Estado expande o território. Se ele puder escolher e estiver bem informado (isto é, se ele decidir realmente em função de seus interesses pessoais e não sob influência dos interesses dos outros), irá evitar as posturas imperialistas.

Logo, podemos deduzir do pensamento de Angell uma clara formulação da sociedade internacional como um *produto* do adensamento das relações transnacionais. Basicamente ele afirma que *a expansão das relações transnacionais* – particularmente as relações diretas entre grupos de indivíduos com interesses convergentes – limita a atuação do Estado e, deste modo, impõe limites crescentes ao escopo das relações interestatais: a limitação da atuação do Estado *eleva a liberdade na esfera privada* e, portanto, tende a criar uma atmosfera favorável aos negócios⁵¹ e à racionalidade. Todo o raciocínio se desenrola em torno da concepção liberal: o livre arbítrio como a base da dinâmica social, seja dos indivíduos, sejam dos demais atores (empresas, estados, etc.) que, em última análise, não passam de um agrupamento de indivíduos sujeitos a uma mesma pressão competitiva, a qual gera os interesses e, simultaneamente, define a interação social. Todas as ramificações dentro deste tipo de interpretação nunca ultrapassam o horizonte do pensamento liberal. O que varia é apenas *o tipo de ator envolvido* e a arena privilegiada⁵²: os entusiastas da integração⁵³, por exemplo, não centram sua análise diretamente no indivíduo, mas nos processos econômicos e políticos que colocam em contato, pela competição, grupos específicos de indivíduos (Estados, partidos, empresas transnacionais, ONG's, etc.).

1.2.3.3 A Sociedade Internacional como homogeneidade

Definir a sociedade internacional como, fundamentalmente, uma sociedade de *Estados* tem um claro limite: tal concepção desloca da análise os processos sociais que atravessam as fronteiras formais

(51) Este é um ponto extremamente vulnerável na interpretação de Norman Angell. Ele sugere que a interdependência econômica é fruto da redução do controle do Estado sobre os indivíduos privados: é, portanto, automática. Tal deslize decorre da influência que recebeu do liberalismo clássico e, mais precisamente, de um aspecto argutamente destacado por Cornelia NAVARI: Norman Angell não estabelece a distinção entre Estado e Governo, uma distinção crucial para entender o modo como os estados modernos conseguiram *absorver diversos elementos da esfera pública* (institutos de pesquisa, a própria mídia, etc.) e, deste modo, *ampliar a sua capacidade de gestão*. Cf. *The Great Illusion Revisited: the international theory of Norman Angell. Review of International Studies*, 15, 1989 p. 340 e segs. A interdependência *sempre foi induzida* pelos Estados mais poderosos e, interdependência não significa necessariamente dependência mútua, como sugere Norman Angell.

(52) John BURTON pode ser usado para ilustrar esta tendência: contrapondo-se ao predomínio da dimensão interestatal, ele centra a sua análise no *indivíduo* e no jogo de percepções e valores que alimentam as diversas estratégias de negociação. Neste sentido, a sociedade mundial é, fundamentalmente, povoada por indivíduos interagindo em escala ampliada. Cf. *World Society*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1972.

(53) Ernst HAAS também é um exemplo deste tipo de interpretação. Ele também não emprega o termo sociedade internacional, mas toda a lógica do seu argumento parte primordialmente das relações transnacionais: a base da integração é o processo de socialização das elites em escala regional (preferencialmente marcada por governos democráticos) que tende a gerar *diversos processos de cooperação que se reforçam uns aos outros*. Quanto mais formais e mais abrangentes estes processos, maior a tendência à redução da soberania do Estado (e, portanto, menor o peso das relações interestatais na dinâmica do sistema internacional). Cf. *International Integration: the European and the universal process. International Organization*, 15, 1961. A própria idéia de interdependência complexa – associada a Joseph NYE e Robert KEOHANE – espelha também a idéia de uma sociedade internacional *fundada principalmente nas relações transnacionais*.

dos Estados. No entanto, inverter a análise, tal como procedem os autores identificados ao primado das relações transnacionais ou à “teoria da globalização” (sic.) não é a melhor forma de resolver o problema. Na esmagadora maioria dos casos, falta uma concepção mais refinada de Estado. Tal como nas variantes mais tacanhas do liberalismo clássico, o Estado é concebido simplesmente como um limitador das liberdades individuais e, portanto, um ator *em oposição à esfera privada*. Por conta desta limitação, a tendência básica desta linha de raciocínio é gravitar em torno de uma falsa questão: até que ponto as relações transnacionais se emanciparam do constrangimento do Estado ou, nas variantes mais radicais, *quando* as relações transnacionais vão suplantar as relações interestatais⁵⁴. Em ambos os casos, a conexão entre as relações interestatais e transnacionais é ignorada. E é exatamente neste ponto que a disciplina Relações Internacionais pode contribuir para renovar a discussão.

Sistemas competitivos geram sempre uma pressão à homogeneidade: a competição entre empresas faz com que as inovações sejam assimiladas pelos concorrentes, homogeneizando, em certos intervalos de tempo, os produtos e as formas de produção⁵⁵. A competição entre os Estados – a condição recorrente em um sistema anárquico – produz um efeito similar: as inovações nos artefatos, nas formas de organização militar e nas táticas de guerra tendem a ser emuladas. Destacar isto não significa renovar nada. O mesmo pode ser dito da esfera transnacional: os processos sociais, em determinadas circunstâncias, *tendem* a produzir, via emulação, normas e padrões compartilhados por classes e grupos sociais distintos; um argumento reiterado incessantemente pelos conservadores. A idéia básica é *combinar* a dinâmica das relações interestatais à dinâmica transnacional sem definir, a priori, *qual* lógica é a dominante ou, para ser mais exato, se há dominância.

O ponto de partida deste tipo de reflexão é, seguramente, a catilinária de Edmund Burke contra a Revolução Francesa. Ele expressa, de forma peculiar, uma tendência do pensamento do século XVIII: a *relativa homogeneidade* dos regimes políticos europeus, a qual é violentamente dilacerada com a turbulência derivada da execução de Luis XVI. Como destacou Fred Halliday, o ponto mais importante da reflexão de Burke é o modo como ele concebe a “ameaça francesa”: *uma facção* que, por conta da própria existência, é capaz de *romper* com a homogeneidade que garantia a estabilidade interna das sociedades européias e, simultaneamente, a ordem interestatal. Simplesmente por tornar-se “diferente”, a França converteu-se em uma ameaça a todas as sociedades vizinhas⁵⁶. Logo, o que está implícito neste

(54) Cf. Fred HALLIDAY. *Rethinking...* op. cit. p. 106. Este mesmo autor faz quatro críticas à este estilo de interpretação extremamente pertinentes: 1) O problema da determinação e significado: não fica claro qual é o grau de autonomia e a importância relativa dos processos de transnacionalização (a idéia básica é que eles simplesmente *estão em antagonismo*); 2) Falta de base histórica: a esmagadora maioria das interpretações tende a ficar restrita à história recente, como se os processos de transnacionalização *fossem todos eles contemporâneos*; 3) Teleologia: a idéia de que a Humanidade está destinada a formar uma comunidade unitária ou a gestar uma cultura global, viabilizada pela revolução nas telecomunicações; 4) Negligência dos processos de fragmentação que acompanham a “globalização” que, por sua vez, *são diretamente determinados pela crescente internacionalização*. Cf. Ibid, p. 105-6.

(55) Trata-se da célebre idéia schumpeteriana de “liderança contra a própria vontade”.

(56) Cf. Fred HALLIDAY. *Rethinking...* op.cit. p. 108-12.

raciocínio é a *sobreposição* entre o que chamamos hoje de relações interestatais e as relações transnacionais⁵⁷.

Raymond Aron em *Paz e Guerra entre as Nações* dá um passo importante ao estabelecer a distinção entre sistemas *homogêneos* e *heterogêneos*. Os sistemas homogêneos reúnem *Estados de mesmo tipo*, marcados por uma concepção de política congruente e, sobretudo, por uma estrutura social similar:

A Homogeneidade do sistema favorece a limitação da violência. Quando os homens que detêm o poder, nos estados que se confrontam, tem consciência de sua solidariedade natural, eles se inclinam à composição de interesses. Os revolucionários são inimigos comuns de todos os governantes; não são aliados de um dos Estados, membros de uma das alianças. Se os revolucionários levassem a melhor em um dos Estados, o regime dos outros sofreria. O temor da revolução leva os chefes militares a se resignar à derrota ou a limitar as suas pretensões⁵⁸.

Por fim, o toque conservador:

Um sistema homogêneo parece estável também porque é previsível. Se todos os Estados têm regimes análogos, estes só podem ser tradicionais – formados pelo tempo, não improvisados. Em tais regimes, os estadistas obedecem a regras provadas ou a costumes. Os rivais e os aliados desse Estado sabem, de modo geral, o que podem esperar dele⁵⁹.

Os sistemas heterogêneos, por sua vez, produzem conseqüências contrárias: a tendência é *o cruzamento* entre lutas civis e conflitos militares entre Estados, fato que agrava a instabilidade do sistema por gerar uma série de polarizações que põe em risco *tanto a dimensão transnacional* quanto o sistema de Estados.

Esta distinção precisa ser justaposta à outra: a diferenciação entre Sistema Internacional e Sociedade Transnacional. Um Sistema Internacional é a forma mais elementar de organização: diz respeito a qualquer conjunto de unidades políticas que estão sujeitas a uma guerra geral. Sequer a diplomacia regular é necessária para um sistema definido deste modo⁶⁰. A sociedade transnacional envolve outro *tipo* de relacionamento:

(57) “(...) presente no interior de suas *Letters* [on a Regicide Peace] estão elementos de outra teoria, pertinente à discussão geral das Relações Internacionais. Ele está argumentando que as relações entre os estados repousam sobretudo não na conduta da política externa no sentido mais estrito, mas na convergência e similitude nos arranjos domésticos, em outras palavras na prevalência de uma sociedade internacional homogênea. A conclusão que ele tira é que para a manutenção da paz em cada ordem internacional são necessárias não somente normas de comportamento interestatal, mas a produção de uma comunidade de Estados com conteúdos internos similares”. Ibid, p. 112.

(58) Raymond ARON. Paz e guerra... Op. cit. p. 160.

(59) Ibid.

(60) “Sistema Internacional” – define Aron – “é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis a entrar em uma guerra geral”. Ibid, p. 153. Apesar de uma certa ambivalência que a expressão “relações regulares” pode proporcionar, o critério decisivo para Aron é a *participação política e militar*: todos os potenciais inimigos que se encontram ao alcance das armas estão sujeitos ao mesmo sistema. Não é necessária nenhuma similitude de linguagem ou aproximação moral. Isto fica mais claro nos exemplos que ele fornece ao longo do livro. No século XVI a América fazia parte do Sistema Europeu porque, a despeito da incomensurabilidade dos universos culturais, a América foi conquistada e dividida entre algumas potências européias. A China - mesmo realizando algumas relações comerciais com a Europa - *não fazia parte do mesmo sistema internacional*: até o XVIII, nenhum dos lados poderia impor danos consideráveis ao rival.

A sociedade transnacional manifesta-se pelo intercâmbio comercial, pelos movimentos de pessoas, pelas crenças comuns, pelas organizações que ultrapassam as fronteiras nacionais, pelas cerimônias e competições abertas aos membros de todas as unidades políticas. Ela é tanto mais viva quanto maior é a liberdade de comércio, de movimentação e de comunicação; e quanto mais fortes forem as crenças comuns, mais numerosas serão as organizações não-nacionais, mais solenes as cerimônias coletivas⁶¹.

Todo sistema internacional pode desenvolver sociedades transnacionais em seu interior, as quais possibilitam a homogeneização: em alguns casos, é uma questão de *tempo*. Esta não é, entretanto, uma tendência geral. Cada caso deve ser analisado em seus próprios termos e existem diversas possibilidades. O mesmo pode ser dito para a transformação de um sistema homogêneo em heterogêneo, *no que diz respeito à interação entre as dimensões interestatal e transnacional*. Não há uma causalidade unívoca. As guerras podem produzir a heterogeneidade, tal como as transformações súbitas de regime – as revoluções – podem produzir conflitos internacionais⁶². Fred Halliday parte, exatamente, daqui. Em seu entender, as sociedades internacionais – i.e. a *homogeneidade* – se formam através de uma complexa articulação entre a rivalidade internacional e os processos transnacionais: a idéia central é que não há uma *oposição radical* entre Estado e Sociedade Civil, ou entre relações interestatais e transnacionais. Os processos sociais reais combinam, espontaneamente, estas duas lógicas.

Isto fica evidente no modo como Halliday reconstrói a evolução e a desintegração da Guerra Fria. O fim da Segunda Guerra mundial produziu um sistema internacional heterogêneo, dividido entre duas sociedades internacionais distintas. Por conta da competição *geral* - ideológica, econômica, militar - estabelecida entre ambas, paradoxalmente, elas foram se mesclando: o bloco capitalista assimilou elementos do planejamento estatal soviético e mecanismos de promoção social, ao mesmo tempo em que o bloco soviético afrouxou o controle estatal e introduziu, de forma moderada no início, a concorrência do mercado em alguns setores, assim como alguns princípios meritocráticos⁶³. A crise de 1970 erodiu a crença de que o mercado controlado produz crescimento e estabilidade: o arcabouço institucional dos anos dourados começou a ruir. A eleição de Reagan, Thatcher e Helmut Kohl sacramentaram esta nova tendência. Isto produziu uma tensão adicional no regime soviético. Em primeiro lugar, ficava cada vez mais claro que o capitalismo não entraria em colapso espontâneo. Além disto ficava nítido que, competindo nos mesmos termos do ocidente, a Rússia ficaria para trás. Esta dupla percepção delineou a estratégia de Gorbachev: a promoção de reformas mais profundas no regime soviético (a Perestroika e a Glasnost) para acompanhar o movimento dos países europeus.

(61) Ibid, p. 166.

(62) Aron cita diversos exemplos. As Guerras do Peloponeso seriam um exemplo de produção da heterogeneidade pela *violência das guerras* (neste caso, a indução vem da dimensão interestatal): Até então, as cidades gregas eram relativamente homogêneas. A gravidade do conflito militar entre Atenas e Esparta extravasou para outros níveis, gerando uma oposição entre Democracia e Aristocracia que dividiu o mundo grego (Cf. *ibid*, p. 163-4). Ele sugere também que, a despeito de diferenças latentes, *o sistema Europeu era homogêneo* até 1914: a guerra abriu “as fissuras” entre princípios de legitimidade distintos (a lógica hereditária do império alemão e os princípios republicanos – Cf. *IBID*, p.162-3). A transformação no sentido inverso (da esfera transnacional para a interestatal) é mais evidente: as grandes revoluções, tais como a Revolução Francesa, que produziram guerras generalizadas (e que, por sua vez, deram origem a esta linha de investigação).

(63) Cf. Fred HALLIDAY. *Rethinking...* Op. cit., cap. 9. Esta interpretação, *mutatis mutandis*, é compatível com a visão de Eric HOBBSAWM. Cf. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 240-2.

Do ponto de vista da disciplina Relações Internacionais, para Halliday, definir a sociedade internacional como homogeneidade representa um possível avanço com relação às duas concepções discutidas anteriormente. Em primeiro lugar, porque nesta visão o jogo de dicotomias (interno x externo; interestatal x transnacional, Estado x sociedade; estado x Indivíduo etc.) que marca as interpretações mais triviais é superado. Entretanto, o aspecto mais importante se situa em outro aspecto: a capacidade de garantir a relevância das Relações Internacionais *como disciplina*. Desta perspectiva é possível destacar com mais clareza os *efeitos* do ambiente internacional sobre os processos sociais: isto é, possibilita analisar *os tipos de conexão* que se estabelecem entre a estrutura interna das sociedades e o ambiente internacional, concebido em sua dupla dimensão, isto é, no *imbricamento* da lógica interestatal e transnacional.

2 Síntese dos grandes debates teóricos na disciplina relações internacionais

O primeiro grande debate que moldou a disciplina Relações Internacionais foi iniciado em 1918, atingiu o ápice na controversa década de 1930 e estruturou-se em torno da tensão entre o *realismo* e o *idealismo*. Na exata medida em que a Liga das Nações e os mecanismos de segurança coletiva – tidos como um substituto para o “nefando” equilíbrio de poder – entravam em colapso, o ímpeto idealista que caracterizou o nascimento desta disciplina passou a ser desafiado pelo realismo. Não há dúvida que a publicação de *Vinte Anos de Crise*⁶⁴ foi um fator decisivo nesta reação, que preparou o caminho para o predomínio do realismo durante a Guerra Fria. Como já explicitamos os contornos gerais deste debate, podemos destacar outro grande momento da reflexão sobre as Relações Internacionais: o debate entre “tradicionalistas”/“clássicos” e os “modernos”/“behavioristas”/“científicos”(sic.) que se desenrolou na década de 1960.

A data supracitada não é mera obra do acaso: com a redução da disparidade de poder entre as duas superpotências e seus aliados principais, a representação do sistema internacional como um conflito irreconciliável entre capitalismo e comunismo deixou progressivamente de ocupar um papel central: tal mudança detonou uma série de novas exigências teóricas que marcaram os anos 60 e 70. De certo modo, a obra de Hedley Bull, a “teoria da dependência” e o pós-modernismo (e os primeiros sinais da teoria

(64). A importância deste livro é incontestável: Martin Wight chegou a afirmar que ele representou uma brilhante remodelação dos “temas hobbesianos”. Cf. Western values in international relations. In: *Diplomatic Investigations*, op. cit., p. 121. No entanto, além das considerações feitas na seção dedicada ao racionalismo, o rótulo de realista pode ocultar as características mais marcantes do pensamento de Edward Carr. Nitidamente influenciado por Karl Mannheim, Carr define a política como a tênue linha entre *realidade e utopia*. Ao mesmo tempo em que aponta para a contínua transformação da realidade (a sucessão de utopias), ele sugere que a desigualdade de poder é um elemento invariante. Há outra tensão, esta derivada da insólita combinação entre Mannheim e Schopenhauer: o homem, dada sua condição, *reage contra as implicações mais radicais do realismo* – a total falta de sentido da existência - que conspiram contra a vida. Na prática, o ser humano não consegue conceber a atemporalidade (e uma existência sem propósitos): a cada vez que o realismo desmascara o pensamento utópico que caracteriza um certo período de tempo, uma nova utopia toma o lugar da antiga. É exatamente desta forma que ele caracteriza o Iluminismo e a crença no progresso: o realismo estático dos séculos XVI e XVII é, no XVIII, substituído pela articulação entre *determinismo e progresso*, que confere a aparência de movimento. Portanto, “(...) a visão utópica penetra a cidadela do realismo e, vislumbra um contínuo, mas não infinito, processo de avanço no sentido de um objetivo finito revela-se uma condição do pensamento político.” (*Vinte anos...*, op. cit., p. 118). Sobre a peculiaridade do realismo de Carr, ver Richard FALK. The critical realist tradition and the demystification of interstate power: E. H. Carr, Hedley Bull and Robert Cox. In: GILL, Stephen e MITTELMAN, J.S. (Ed.). *Innovation and transformation in international studies*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1997.

crítica) são ressonâncias derivadas das transformações sociais no plano da discussão teórica. Nos Estados Unidos, o embate apareceu de uma forma muito peculiar: como uma *reação* dos *cientistas* – baseados no individualismo metodológico, na quantificação e em uma mentalidade *estatístico-probabilística* - contra a tradição caricaturada como “européia” de confinar a reflexão sobre as relações internacionais à História ou a interpretações “impressionistas”, caracterizadas pelo ecletismo teórico e pela falta de rigor “científico”⁶⁵. Basicamente, tratava-se de buscar inspiração na física⁶⁶ e na microeconomia para consolidar a disciplina Relações Internacionais.

Assim, para os “científicos”, a única forma de dar sentido à complexidade inerente ao cenário das Relações Internacionais é *decompor este objeto em suas partes constituintes*, estabelecendo deste modo *as principais variáveis* que devem ser divididas em variáveis dependentes e independentes. Dentre as partes constituintes, a mais elementar é a noção de *ator*, isto é, quem toma as decisões em um ambiente marcado pela escassez. Só desta forma é possível estabelecer corretamente as relações causais e o sentido das determinações. Mas o critério central para definir as variáveis que influenciam a decisão dos atores é *a sua suscetibilidade à quantificação*: sem quantificação, não é possível dar sentido (e, preferencialmente *antecipar*) *ao comportamento dos atores*, logo, não há ciência. Tratava-se, portanto, de definir o sistema internacional exatamente como os economistas neoclássicos definem o mercado e transpor para as Relações Internacionais os métodos usados pela microeconomia. É importante notar que todo o esforço de Kenneth Waltz e seus seguidores – naturais (Mearsheimer) e bastardos (Joseph Nye, Keohane...) – segue esta mesma linha: construir uma teoria da Política Internacional que compartilhe os fundamentos epistemológicos da economia neoclássica⁶⁷. Partindo de Durkheim, Waltz identifica apenas dois princípios ordenadores *possíveis*: o anárquico e o hierárquico. Nos sistemas hierárquicos o aspecto central é a *distribuição das funções*. Por oposição, os sistemas anárquicos são baseados em unidades *funcionalmente idênticas* que só variam nas *capacidades relativas*. Nesta tipologia, o sistema internacional é, evidentemente, *anárquico*. Logo, as suas unidades constituintes são *funcionalmente análogas* (o Estado “serve” essencialmente para sobreviver) e sujeitas ao equilíbrio de poder, um *mecanismo automático de restauração*, empiricamente constatável e totalmente *independente da vontade das suas unidades*, exatamente como a lei da oferta e da procura narrada pelos manuais de microeconomia⁶⁸.

(65) Escrevendo em outro contexto, Stanley HOFFMAN, o homem que, de acordo com o seu próprio julgamento, eliminou a cacofonia nos estudos internacionais ressuscita esta idéia ao afirmar que a disciplina relações internacionais é uma *ciência americana*. Trata-se de uma afirmação curiosa – ele não estava sendo irônico ao fazer tal observação - para um suposto epígono de Raymond Aron.

(66) É importante deixar claro tratar-se da física *tal como ela era concebida nos séculos XVIII e XIX*: antes da assimilação do princípio da relatividade e da incerteza. Cf. COX, Robert W. Realism, positivism and historicism. [1985]. In: *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996. p. 51. Assim, na ânsia de purgar o “impressionismo” e modernizar as relações internacionais, os “científicos” tomaram como base uma concepção de física já não era muito popular entre os físicos da época e que hoje, frente à “teoria da complexidade”, já não pode mais reivindicar uma posição de exclusividade.

(67) Veremos depois, na última seção, como este movimento impactou a *Economia Política Internacional*, que também estava em constituição neste momento.

(68) Cf. *Teoria...* op. cit., p. 159-171. Neste sentido, Kenneth Waltz inova muito pouco com relação a agora “clássica” análise do equilíbrio de poder empreendida por David Hume.

No entanto, mais importante do que a polêmica em si, é o fato dela demonstrar os primeiros sinais de maturidade da disciplina Relações Internacionais: a preocupação com os seus fundamentos *epistemológicos*⁶⁹ e, também, um espaço institucional específico. Como sugeri, nos Estados Unidos este aspecto do debate ficou tão impregnado pela chamada “revolução behaviorista”⁷⁰ que, na prática, não houve nenhuma grande contestação das bases positivistas que fundamentavam esta disciplina. Só para citar um exemplo significativo: a polêmica entre Kenneth Waltz e a dupla Nye-Keohane que se arrastou até os anos 80 e ressurgiu como a contraposição entre neorealismo e neoliberalismo foi, de um ponto de vista epistemológico, uma disputa entre irmãos. Superficialmente parecem existir diferenças importantes. Waltz defende o total divórcio entre teoria e realidade: sua teoria da política internacional fundamenta-se apenas na identificação do princípio ordenador anárquico e sua *determinação indireta* sobre os processos (o nível da realidade, onde se situam as unidades em interação). Nye e Keohane – talvez por ignorância das suas próprias bases teóricas – fazem um esforço para se aproximar mais da realidade, elevando o potencial descritivo dos conceitos mediante uma alegada fusão entre a estrutura e o nível dos processos (exatamente o mesmo tipo de falsa querela entre economistas ortodoxos e heterodoxos). Logo, mediante este procedimento, eles estabelecem uma relação de determinação supostamente bidirecional,⁷¹ pautada por dois tipos ideais opostos: realismo e interdependência complexa. Nas condições onde a realidade se aproxima mais deste, os atores disputam os recursos escassos em diversos *tabuleiros*⁷². No entanto, o princípio básico é sempre o mesmo: o primado da lógica das consequências, a qual é um desdobramento necessário de qualquer ontologia individualista centrada no livre-arbítrio e na barganha.

(69) Sempre incisivo, Raymond Aron notou isto *durante a polêmica*: “No entanto, a querela dos antigos e dos modernos, dos tradicionalistas e inovadores, dos literatos e dos cientistas – querela que deploro porque só tem feito aumentar a confusão – prova que os especialistas nas relações internacionais, que surgiram em diversos campos científicos nos últimos vinte anos, se interessam pelo *status* epistemológico da sua disciplina.” “*Que é uma Teoria das Relações Internacionais*” in: *Estudos Políticos* trad. Port. 2ª. Ed. Brasília: UNB, 1985 p.; 375-6 [publicação original: 1967]

(70) Embora muito usada, esta expressão encerra algumas controvérsias importantes. Não há espaço para desenvolver muito este tema. De forma extremamente sintética, tal revolução científica (Kuhn) teria ocorrido nos EUA por volta da década de 1960 (mas alguns enxergam suas raízes já em 1920 e até mesmo no século XIX) e teve como base a rejeição da tradição hermenêutica, especulativa e normativa que alegadamente fundamentava o pensamento social tradicional, em prol do transplante dos procedimentos e da metodologia das ciências naturais para a psicologia, Ciência Política e Economia: a separação entre teoria e realidade (a teoria é um artefato mental que *precede* a aplicação prática e deve tentar explicar as *leis* (as regularidades empiricamente observadas)); neutralidade axiológica (separação entre *fato* e *valor*), a criação de *protocolos* e rigor metodológico para testar hipóteses (que devem ser falseáveis) e ênfase na quantificação. Junto com o pacote veio uma característica que não deriva necessariamente das ciências naturais: os behavioristas tomam o indivíduo *racional* como unidade fundamental de análise.

(71) cf. Joseph NYE & Robert KEOHANE *Power and Interdependence*. Nova York: Harper Collins; 1989 p. 262.

(72) Inicialmente, a idéia era um pouco diferente. Nos cenários de interdependência complexa há uma *multiplicidade de atores*, e isto diversifica demais a agenda internacional. As relações de poder aparecem *na definição da hierarquia dos temas internacionais* (que flutua em função das redistribuições de poder) e no modo como eles são combinados ou desmembrados. Exemplo: um país rico e poderoso, para fortalecer a sua posição, tende a separar a questão da proteção ao meio ambiente do tema do desenvolvimento. Um país mais fraco tende a fazer força no sentido oposto, de articular os dois temas. As tecnologias limpas *vem depois* – ou simultaneamente – do desenvolvimento. Cf. *ibid* cap.2. A idéia dos múltiplos tabuleiros é mais recente, e diz respeito a um cenário específico de interdependência complexa: a fase *unimultipolar* que supostamente vivemos. Além disto, por ser mais simples, tal metáfora é mais palatável para jornalistas e para o rentável mercado consumidor dos “internacionalistas”. O ponto fundamental: a mesma lógica básica se aplica a *todos* os tabuleiros. A mudança de tabuleiro altera os jogadores, os meios e os recursos, mas não o padrão das interações, que sempre respeita a lógica da barganha e da maximização de utilidades.

Na mesma linha das falsas rupturas, há algo ainda mais bizarro: o suposto debate interno ao “realismo estrutural”, que divide os realistas defensivos (Waltz!) dos “realistas ofensivos” (Mearsheimer e, de certo modo, Robert Jervis). Vamos ceder a palavra a um dos mais simplórios dos representantes do “realismo ofensivo”, em um trecho que dispensa comentários:

Minha teoria do realismo ofensivo é também uma teoria estrutural da política internacional. Tal como no realismo defensivo, minha teoria vê as grandes potências preocupadas predominantemente em imaginar como sobreviver em um mundo onde não há nenhum ator [agency] para proteger uma das outras; elas logo concluem que o poder é chave para a sua sobrevivência. (...) Para os realistas defensivos, a estrutura internacional proporciona poucos incentivos para que os Estados busquem incrementos adicionais de poder; pelo contrário, ela os impele para a manutenção do equilíbrio vigente de poder. Preservar o poder, mais do que incrementá-lo, é o principal objetivo dos Estados. Realistas ofensivos, por outro lado, acreditam que potências defensoras do *status quo* são raras na política mundial, porque o sistema internacional cria incentivos poderosos para que os Estados busquem oportunidades para obter poder à expensas dos seus rivais, e para tirar vantagem das situações onde os benefícios superam os custos. O objetivo final do Estado é ser hegemônico no sistema⁷³.

Difícil levar a sério este “debate”. O terreno e a lógica são similares. Mearsheimer apenas confunde o plano da *estrutura* com as eventuais inclinações de algumas unidades. Em nenhum momento ele consegue romper com a problemática estabelecida por Waltz.

No final dos anos 80, lentamente, começa a surgir uma reação contra esta ortodoxia que, até então, determinava o que deveria ser estudo e sobretudo *como*. Esta reação foi extremamente difusa e o único ponto em comum dentre as várias contestações foi a *rejeição aos fundamentos positivistas* que alicerçavam a discussão nas relações internacionais⁷⁴ e nas áreas afins (como a Economia Política Internacional estadunidense, então totalmente assimilada pelas Relações Internacionais, como veremos a frente). Yosef Lapid, no exato momento em que esta reação começava a tomar forma, ressaltou a sua importância, qualificando-a como o *terceiro debate* formativo da teoria das Relações Internacionais, que inaugurou a era “pós-positivista”⁷⁵. Por causa desta definição negativa, as fileiras dos “pós-positivistas” produziu um conjunto extremamente variado de autores e correntes, com diversos matizes, de difícil classificação. Além disto, por conta da *variedade de orientações epistemológicas* (um dos efeitos colaterais da reação ao “positivismo” foi a crença de que qualquer um podia inventar uma epistemologia *sui generis*), paralelamente, surgiu também a tendência de dividir a discussão por temas (*novo*

(73) John MEARSHEIMER *The Tragedy of Great Power Politics* Nova York: Norton, 2001 p. 21 Por hegemonia, é claro, devemos entender *dominação*.

(74) cf. Steve SMITH “Positivism and Beyond” in: SMITH, S., BOOTH, K. & ZALEWSKI, M. (eds.) *International Theory: positivism & Beyond* Cambridge: Cambridge U. P., 1996 p 11-18.

(75) LAPID, Yosef “The Third Debate: on the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era” *International Studies Quarterly*, 33 (3) (1989) p. 235 e segs.

regionalismo, narcotráfico, meio ambiente, terrorismo internacional, etc.)⁷⁶. É importante notar um paralelismo entre as Relações Internacionais e a historiografia: a “crise dos paradigmas” das ciências sociais exerceu, na História, um movimento no sentido da criação de *novos objetos*, tais como as mentalidades, o clima, os odores, etc. De qualquer forma, nos manuais de Relações Internacionais, geralmente, encontramos as seguintes variantes: i) pós-modernistas⁷⁷; ii) teoria crítica, iii) “feministas”⁷⁸ iv) “sociologia histórica”⁷⁹.

Neste caso, o debate se torna mais complexo exatamente por ofuscar ainda mais as fronteiras das Relações Internacionais. Mas uma coisa é certa: a Teoria Crítica e o pós-modernismo *influenciam de fora para dentro* o debate nesta disciplina⁸⁰. No primeiro caso, trata-se de reagir à tradição positivista e, simultaneamente, evitar a capitulação ao relativismo total que é associado ao pós-modernismo⁸¹. A influência vem de fora para dentro porque os teóricos críticos querem criar uma orientação teórica *totalizante*, fundada na crítica incessante e reflexiva da realidade com vistas à emancipação humana *em*

(76) O fim da Guerra Fria foi decisivo para *acelerar* estas tendências: a atenção aos problemas internacionais era diretamente proporcional à sua relevância para a questão da segurança. Com o fim da corrida armamentista e a dissolução da bipolaridade, tais problemas puderam ser encarados nos seus próprios termos. Somando isto à retomada do debate metodológico, o resultado não poderia ser outro: a fragmentação das perspectivas, percebida pelo *mainstream* como uma *perda de identidade* e de *coerência*. Kal HOLSTI, em uma entrevista, fez exatamente esta crítica. Em primeiro lugar, ele define o campo das relações internacionais como as relações entre os estados e, também, todas as relações entre atores não-estatais *que afetam as relações interestatais*. Logo, os problemas *fora deste domínio* (muito difícil de definir) deveriam ficar a cargo dos demais especialistas: sociólogos, antropólogos, etc. Em seguida demonstra a sua preocupação com o tempo gasto (desperdiçado?) por internacionalistas com discussões epistemológicas e “metafísicas”. pois, “(...)após determinado ponto (...)a preocupação com a epistemologia pode nos levar a perder de vista o nosso assunto de interesse [R.I.]. Os grandes textos de nossa área foram escritos por aqueles que estavam profundamente imersos no assunto, e não por epistemologistas.” cf. Adam JONES “Interview with Jan Holsti” *Review of International Studies* 28 (2002) p. 623

(77) Este rótulo, embora muito usado nos manuais, é bastante impreciso. É um rótulo que dificilmente seria aceito de bom grado pelos autores que o receberam cf. Jim GEORGE. e David CAMPBELL. “Patterns of Dissent and the Celebration of Difference”. *International Studies Quarterly*, v.34, n.4, set. (1990).

(78) Praticamente todos os autores que introduzem a questão do gênero nas Relações Internacionais o fazem *rompendo* com o positivismo. Uma “tipologia” confusa, porém informativa sobre tal façanha pode ser encontrada em J. Ann TICKNER e Laura SJOBERG “Feminism” in: DUNNE, T., M. KURKI, et al. (Eds.) *International Relations Theories: discipline and diversity*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.

(79) Este termo é extremamente impreciso: todos os autores rotulados desta forma (Charles Tilly, Michael Mann, Antony Giddens etc.) não fazem “sociologia histórica” (tenho dúvidas que isto exista), mas sim *sociologia retrospectiva*. São vistos como parte da reação anti-positivista porque, cada um a seu modo, nega uma distinção radical entre política interna e externa e, sobretudo, demonstram a extrema variedade das formas de estado e sua vinculação com as condições sociais que estruturam uma dada sociedade. Logo, estas diversas interpretações possuem um alvo comum: atacam a concepção “realista” de Estado como uma unidade política invariante, que corre à margem das circunstâncias históricas concretas e às estruturas mentais que caracterizam cada período histórico.

(80) Sobre este tema não é possível tergiversar. Concorro plenamente com a afirmação de Fred HALLIDAY de que, embora a produção científica nas Relações Internacionais tenha de ser rigorosa quanto ao método, *ela não é metodologicamente específica* e, portanto, não possui nenhum privilégio epistemológico: os seus problemas centrais *são os mesmos de toda a ciência social* cf. *Rethinking International Relations* London: Macmillan, 1994 p. 23-4.

(81) Isto fica particularmente nítido na obra de Robert Cox um dos mais penetrantes teóricos críticos. Mas uma ressalva deve ser feita: a sua atrapalhada adesão à idéia de que, na década de 1980, uma revolução redentora do terceiro-mundo poderia nos livrar de dois futuros aterradores: a) um neomercantilismo baseado em blocos regionais rivais; b) uma estrutura hegemônica capitaneada pelo poder americano, em detrimento das minorias sociais espalhadas pelo globo. Tal ajuste envolveria um conluio entre os principais Estados – que aceitariam a preponderância dos EUA – e o amálgama entre a burguesia transnacional e seus asseclas baseados nacionalmente. Os dois cenários maléficos são, ainda hoje, bastante plausíveis. Contudo, a busca de um novo redentor continua.

todos os sentidos. Como os teóricos críticos, os pós-modernos querem dissolver toda e qualquer forma de pensamento fundado na clivagem da realidade em *domínios* sujeitos a leis gerais independentes. A cisão ocorre no passo seguinte: para os teóricos críticos, a “desconstrução” das fronteiras do pensamento é um passo inicial para possibilitar a *reconstrução de um novo tipo de pensamento fundado na totalidade e, acima de tudo, baseado na razão substantiva*. Para o pós-moderno, basta demolir o “edifício iluminista”, pois não há nada para substituí-lo. A emancipação deriva, exatamente, desta constatação. Logo, a luta dos pós-modernos não é uma luta direta contra a disciplina Relações Internacionais, mas contra o iluminismo que, supostamente, forma a sua base. O ponto de convergência entre todos os autores pós-modernos é a crítica às “metanarrativas”: *só existem* significados ou, em termos mais simples, não existe texto, *apenas interpretações*. Deste modo, não há nenhum padrão neutro capaz de classificar os discursos e, portanto, a própria idéia de ciência é uma forma de dominação. É exatamente neste ponto que os teóricos críticos rejeitam o pós-modernismo: ao invés de ultrapassar o positivismo através de uma reformulação da Razão em bases reflexivas, este movimento quer, supostamente, *destruir a razão como um todo*⁸², dissolvendo toda forma de conhecimento em um relativismo que, devido ao seu caráter niilista, *nega a possibilidade da transformação da realidade pela política*. Nada poderia ser mais irônico: a crítica pós-moderna aos fundamentos “reacionários” do positivismo acabou produzindo o mesmo efeito prático desta forma de pensamento: o mundo imutável do realista vulgar!⁸³

É evidente que esta classificação não é consensual. Alguns autores definiram mais fases na evolução dos grandes debates que caracterizam disciplina⁸⁴, Ole Wæver – uma espécie de Linneu das Relações Internacionais⁸⁵ – redefine o terceiro debate, que, em seu julgamento, tem início no fim da década de 1970 e pode ser representado por um grande triângulo, composto por três vértices: realismo,

(82) cf. Mark NEUFELD “Reflexivity and international relations theory” *Millenium* No. 22 (1993) p. 55; 75 e segs.

(83) Uma última palavra deve ser dita sobre isto ainda. Grande parte da celeuma deriva da confusão entre problemas distintos. Em primeiro lugar, não há acordo claro sobre o significado de *modernidade*. Mas não é isso que quero ressaltar. A questão decisiva é outra: o pós-modernismo enquanto *condição* (e não como discurso) é uma ruptura ou uma radicalização da era moderna? Há traços de *intensificação* evidentes: o consumismo desenfreado, a compressão espaço-temporal e a financeirização, por exemplo. O rótulo dá a entender que sua origem deriva da crise - e não necessariamente da superação - da modernidade: o sinuoso projeto racionalista chegou ao fim (em 1968 para uns, 1989/91 para outros) e não há mais nada para substituí-lo. Exatamente por isto esta corrente é tão rechaçada pelo *mainstream* das Relações Internacionais. Os pós-modernos tendem a ser classificados como irracionalistas perigosos, que se aproveitaram das fases turbulentas do mundo ocidental para gerar desordem. A tática “oficial” contra esta pífida ofensiva tem pelo menos duas bases: 1) banimento sistemático das publicações “sérias”; 2) reforço das “vitórias relativas” do projeto iluminista. A grande pergunta a ser feita é outra: por que será que as provocações dos pós-modernistas geram alguma ressonância entre os “internacionalistas” e nas ciências sociais em geral? O que isto *indica*?

(84) Há quem considere, por exemplo, que o terceiro debate envolve prioritariamente a questão da *unidade da análise*: os Estados, no caso das explicações ao estilo *inside out* ou o primado do sistema (*outside in*). Isto por conta da difusão da perspectiva do sistema-mundo (que data da década de 1970), contrabalançada pela macrosociologia histórica. Esta classificação não faz muito sentido: o debate sobre a unidade de análise, na verdade, atravessa a disciplina praticamente desde a sua formação. O curioso livro de Kenneth Waltz, publicado originalmente em 1959, trata exatamente desta questão. cf. Kenneth WALTZ *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes; 2004. Na verdade, o propósito básico do livro foi gerar uma tipologia com vistas a aferir a consistência das propostas para a obtenção da paz. As bases de sua teoria sistêmica já aparecem nesta obra, bem como a centralidade da questão da unidade de análise.

(85) Trata-se de um autor inteligente, mas que, infelizmente, parece acometido por uma verdadeira síndrome classificatória. Como exemplo, basta observar a descrição feita por ele das “4 fases” da evolução da escola inglesa em “Four Meanings of International Society: A trans-atlantic dialogue.” In: Barbara. A. ROBERSON (Ed.). *International Society and the Development of International Relations*,. London: Continuum, 2002 p. 83 e segs.

liberalismo e marxismo⁸⁶. Para este verdadeiro taxonomista, o terceiro debate é de natureza diversa dos dois anteriores: nenhum paradigma pode vencer os outros, pois eles envolvem concepções radicalmente diferentes sobre os atores, a natureza e a lógica do sistema internacional[!!]. Logo, frente à suposta incomensurabilidade dos paradigmas, a discussão se intensifica *no interior* de cada um deles, mais do que *entre* os paradigmas. Tal situação estimula, por sua vez, a multiplicação dos temas: a luta sai do terreno epistemológico e se concentra na multiplicação de explicações sobre os diversos problemas internacionais.

Ainda seguindo a sua classificação, o *quarto debate* altera o quadro geral, por conta de ser mais profundamente enraizado na filosofia, mediante a oposição entre o racionalismo e o “reflexismo”⁸⁷. Isto volta a polarizar o campo das Relações Internacionais: em um extremo, acompanhando uma tendência muito mais geral das ciências sociais nos círculos dominantes, a “teoria” das expectativas racionais se reafirma, enquanto no polo oposto, predomina o “radicalismo desconstrutivista”. Entretanto, esta polarização gerou uma *série de ramificações no interior dos subgrupos* - o construtivismo é um dos exemplos mais evidentes disto⁸⁸ – que, paradoxalmente, por acentuar as subdivisões internas, reduziu a tensão *entre os extremos do espectro*. O enriquecimento deste setor intermediário é a grande marca do *quarto debate* na classificação de Weaver, mas que, em seu julgamento, indica algo mais importante: *estamos situados após o quarto debate* (compreendido entre 1980 e 1990), mas não há clareza ainda

(86) cf. Ole WAEVER “The Rise and Fall of The Interparadigm Debate” In: Steve SMITH, Ken BOOTH, *et al* (Ed.). *International Theory: positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996. p. 150 e segs.

(87) Este debate corresponde ao terceiro debate, na classificação de Lapid. Mas, ao invés de pós-positivismo, Weaver usa a expressão *reflectivism*, empregado por Robert Keohane ao assumir a presidência da *International Studies Association*, em 1988. O termo denota o caráter *reflexivo* de grande parte das teorias que passaram a exercer influência nos anos 80. Deste modo, é possível alojar em um mesmo grupo os teóricos críticos, pós-estruturalistas e construtivistas, apesar das suas divergências. No espectro do racionalismo, ele caracteriza o subdebate baseado na oposição entre o neorealismo e o neoliberalismo como o “*neo-neo debate sobre os ganhos absolutos e relativos*.”. Tal discussão *provocou a neo-neo síntese* da década de 1990 (que eliminou um dos vértices do triângulo e redefiniu a polarização): “O realismo e o liberalismo não eram mais incomensuráveis – pelo contrário eles comparilhavam um programa ‘racionalista’ de pesquisa, uma concepção de ciência, uma vontade compartilhada de operar dentro da premissa da anarquia (Waltz) e investigar a evolução da cooperação e de quais as instituições importam (Keohane).” *Ibid* p. 163 Logo em seguida, a explicação do autor sobre o termo *neo*, que reproduzo em inglês, para ficar ainda mais cômico: “My term ‘neo-neo’ does not refer to an idea that this is newer than the new, a reformulation of neo-realism for instance. It refers first of all to the synthesis between realism and liberalism that became possible, when realism was transformed into neo-realism and liberalism into neo-liberal institutionalism; it is the synthesis of the two neo-schools and became possible by their very neo-ness.” *Ibid* p. 164

(88) É crescente o número de trabalhos e “*papers*” que se auto-intitulam construtivistas. A grande característica comum a todos estes trabalhos é a *alegada* rejeição simultânea dos extremos (expectativas racionais/desconstrutivismo). Com isto, a concepção de estrutura perde a sua rigidez, elevando o peso dos *processos sociais* na determinação das situações concretas. De forma mais simples: prepondera a idéia de que os atores e o conjunto de relações que os constroem é fruto de um processo de *constituição mútua*, cuja cognição é inerentemente *social* (o privilégio da dimensão *intersubjetiva*) cf. Alexander WENDT “Anarchy is What States Make of It: the social construction of Power Politics”. *International Organizations*, v.41, n.3, (1992) p. 404-5 (é digno de nota o pitoresco exemplo do Alter e Ego, os dois alienígenas que descobrem, na sua primeira interação social, o significado por detrás dos seus gestos). No entanto, grande parte dos construtivistas *não rompem* com a lógica das consequências. Buscam apenas incorporar *novas dimensões à análise*, incorporando o problema da identidade social como um elemento *perturbador* da estratégia dos atores. Além disto, a tendência desta variante do construtivismo (qualificada como “construtivismo convencional” por Ted HOPF “The Promise of Constructivism in International Relations Theory” *International Security* v.23, n.1 (1998)) é evitar a discussão epistemológica, concentrando-se no estudo de casos concretos. No outro extremo, há construtivistas que se confundem com os teóricos críticos e, até mesmo, com os desconstrutivistas cf. Emmanuel ADLER “Seizing the Middle Ground: constructivism in World Politics”. *European Journal of International Relations*, v.3, n.3 (1997).

sobre os contornos e as características do quinto debate⁸⁹. Quando chegamos neste nível de refinamento, a questão da classificação dos debates perde um pouco a relevância, e fica gravitando em torno de definições apriorísticas. Não concordo com a divisão proposta por Weaver: acredito que a disciplina ainda se situa no *terceiro debate* e, portanto, em congruência com as demais ciências sociais. Contudo, descontando as expressões de gosto duvidoso, as reflexões deste autor clarificam ainda mais os meandros e as tendências *no interior* do terceiro debate que, na realidade, está longe de se esgotar.

O problema maior é de outra natureza. As perspectivas centradas na teoria das expectativas racionais estão irremediavelmente condenadas a tentar buscar “soluções” dentro do *status quo*, configurando, portanto, exemplares perfeitos do que, como veremos logo à frente, Robert Cox batizou de *problem solving theories*. Por outro lado, as teorias ditas críticas padecem de outro problema. É cada vez mais visível o *descompasso* entre a discussão teórica – que, muitas vezes, tende a se autonomizar – e as *análises concretas*, particularmente no que diz respeito às análises sobre o cenário atual. Preencher este hiato é, na realidade, o verdadeiro eixo que deveria nortear o debate público. Antes de retomar este ponto na conclusão, é necessário tecer algumas considerações sobre a trajetória da Economia Política Internacional que, como veremos, tem diversos pontos de contato com a consolidação da reflexão em torno das Relações Internacionais. Como os traços fundamentais do debate geral já foram expostos, a próxima seção poderá ser mais sucinta.

3 A Economia Política Internacional

Tendo como referência o *mainstream*, especialmente no caso dos países de língua inglesa, é quase consensual a idéia de que o interesse pela Economia Política Internacional enquanto um campo acadêmico relativamente autônomo ganhou impulso na década de 1970, no mesmo ambiente que favoreceu a generalização da reflexão em torno das Relações Internacionais: a percepção de que uma *crise geral* estava em curso e que, portanto, parecia cada vez mais fundamental rever as formas de conhecimento cristalizadas durante a grande expansão (e intensa burocratização) da Universidade que se seguiu à Segunda Guerra mundial. Susan Strange, em um texto provocativo, publicado em 1970, deu um passo importante ao reivindicar a necessidade de constituir a Economia Política Internacional como uma disciplina autônoma, porém baseada na *articulação* entre dois ramos excessivamente especializados: a Economia Internacional e Relações Internacionais⁹⁰. Como havia uma percepção generalizada de que as

(89) cf. Ole Weaver “Rise and Fall...” op. cit. p. 167

(90) Susan STRANGE. “International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect.” *International Affairs* 46, no. 2 (1970) p. 304 e segs. Na realidade, embora tenha se mostrado aberta ao diálogo (e ter defendido a necessidade de ampliar as disciplinas de política nos cursos de Economia), neste artigo, Susan estava atacando predominantemente a *ausência* de uma reflexão consolidada sobre a Economia Internacional – isto é, capaz de dar conta das *grandes transformações em curso* – dentre os adeptos das Relações Internacionais (cf. p. 307-8). Quase 25 anos depois, quando ficou claro que nos EUA a Economia Política Internacional tinha se convertido em um ramo das Relações Internacionais, ela declarou isto de forma ainda mais explícita: “Todo o sentido de se estudar economia política internacional ao invés de relações internacionais é expandir de forma mais ampla os limites convencionais do estudo da política, e os conceitos convencionais de quem se engaja na política, e saber como e sobretudo por quem o poder é exercido para influenciar resultados. Longe de ser uma subdisciplina das relações internacionais, EPI deveria reivindicar que as relações internacionais se tornassem uma subdisciplina da EPI”. “Wake Up, Krasner! The World Has Changed.” *Review of International Political Economy* 1, No. 2 (1994) p. 218. Logo, a sua intenção ao tentar propagar a Economia Política Internacional era, além da promoção da interdisciplinaridade, reforçar o vínculo desta reflexão com os problemas concretos da vida política.

transformações significativas na Economia Mundial estavam reforçando as perspectivas mais radicais – tais como o marxismo e a teoria da dependência – que *sempre* mantiveram viva a relação entre a Economia e a Política, pareceu plausível aproximar estas dois campos do conhecimento, mas sem afrontar o establishment⁹¹. Com o arrefecimento relativo da tensão nuclear durante a *detén*te, os especialistas em Política e Relações Internacionais ficaram mais propensos a abrandar o peso quase absoluto da dimensão interestatal e integrar de forma mais consistente as reflexões dos economistas.

O “desafio” proposto por Strange na Inglaterra foi rápida e entusiasticamente aceito no outro lado do Atlântico, em especial por autores como Charles Kindleberger⁹², Robert Keohane e Joseph Nye (que atuaram em uníssono por quase 20 anos), Stephen Krasner e, ao seu modo, Robert Gilpin. Na ocasião, nos círculos acadêmicos estadunidenses, a reflexão sobre as raízes e a dinâmica da interdependência estava sendo transposta para o reino da política, em um esforço para se levar em conta o *papel* dos Estados e dos atores não-estatais (tais como, por exemplo, as empresas transnacionais), a possibilidade de um retorno do protecionismo que poderia despedaçar de vez as estruturas do comércio internacional. Com esta mudança de terreno, e levando em conta o vocabulário constituído pelas Relações Internacionais, a polêmica tendia a aparecer inicialmente como uma contraposição entre a centralidade das relações transnacionais (muito associadas às “forças do mercado”) ou das relações interestatais na estruturação da ordem internacional⁹³. Frente a esta polarização inicial, foram buscadas soluções conciliatórias. E é exatamente esta busca que sedimentou a reflexão sobre a Economia Política Internacional.

Vamos começar pelo que ocorreu nos EUA. Lá, a trajetória foi bastante curiosa: institucionalmente, foram os cientistas políticos que se apoderaram da agenda de pesquisas, marginalizando os economistas (que, na verdade, cederam voluntariamente o espaço) e, no final das contas, a própria Economia Política Internacional acabou se convertendo em um ramo das Relações Internacionais⁹⁴. Mas esta “vitória” da Ciência Política foi ilusória: na realidade, como ficou ainda mais

(91) Nesta altura, além da herança da “revolução marginalista”, os economistas respeitáveis nos EUA tinham uma nítida aversão à combinação entre a política e a economia: este tipo de vínculo era associado ao socialismo e, também, ao terceiro mundismo. A organização dos economistas mais radicais em torno de revistas e organizações tais como, por exemplo, *Monthly Review* e a *Union for Radical Political Economics* (que passou a editar a *Review of Radical Political Economics*) reforçou ainda mais a rejeição a um diálogo com a política, deixando o caminho aberto para que os cientistas políticos (não radicais) predominassem entre os adeptos iniciais da Economia Política Internacional. cf. Benjamin COHEN *International Political Economy: an intellectual history*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2008 p. 38-9.

(92) Como veremos com mais detalhes logo à frente, Kindleberger acabou se tornando um estranho no ninho. Sua importância na constituição da Economia Política Internacional deveu-se às disputas em torno da Teoria da Estabilidade Hegemônica, a qual foi essencialmente *deduzida* de seu clássico estudo sobre a grande depressão, e pautou o debate nos anos 60 e 70. Mas, como já apontamos, Keohane (que cunhou o nome da teoria: Kindleberger referia-se à necessidade de uma *liderança* e de um – e apenas um – *estabilizador* para garantir uma ordem econômica liberal) e Nye construíram a sua obra *por oposição a esta idéia* (que, com algumas modificações, passou a ser vigorosamente defendida pelos realistas, em especial, por Gilpin). Kindleberger era também bastante avesso à formalização e o excesso de fórmulas matemáticas que passou a moldar a ciência econômica e a ciência política nos EUA.

(93) Cf. Geoffrey UNDERHILL “State, Market... *op.cit.* p. 795-8; Benjamin COHEN *International Political Economy op. cit.* p. 20-21; Amanda DICKINS “The Evolution... *op.cit.*

(94) Cf. Benjamin COHEN *International Political Economy op.cit.* p. 3-6; 17; 37-8; 175. Amanda DICKINS “The Evolution... *op.cit.* p. 479-80; Craig N. MURPHY & Douglas R. NELSON 2001. “International Political Economy... *op.cit.*

claro no período imediatamente posterior, a despeito dos movimentos da superfície, o que marcou a década de 1970 e 80 foi a colonização definitiva do *mainstream* da Ciência Política estadunidense pela problemática da concepção ortodoxa de Ciência Econômica, que estava extravasando o seu leito de origem. Este período, na realidade, é a condensação de um longo e sinuoso processo, cujas raízes são muito anteriores. A “Revolução Marginalista” já tinha livrado os economistas da “metafísica” e do subjetivismo ao delimitar muito precisamente o objeto da Economia e, a partir daí, isolar os comportamentos *econômicos* do homem. Este movimento havia se dado em clara oposição não somente à Escola Histórica Alemã – o opositor mais evidente – mas também à sociologia e à antropologia que, naquela altura, estavam mapeando a ampla *variabilidade* dos comportamentos sociais⁹⁵.

Porém, ao longo do tempo, alguns economistas se deram conta de que a metafísica não tinha sido totalmente purgada: ainda era muito frequente a tese de que o comportamento econômico do homem era o resultado de traços da natureza humana (como o egoísmo e a competitividade) ou de uma *inata* propensão à troca. Embora tenha insistido com veemência na *especificidade* dos comportamentos econômicos do homem, é bastante conhecida a crítica de Schumpeter à tendência de os economistas tomarem o *homo economicus* como um traço da natureza humana, ao invés de um simples recurso heurístico, cuja única função é ilustrar a lógica do comportamento econômico. Uma “mini-revolução”, capaz de radicalizar o que já havia sido posto em movimento, começava a se delinear. O aspecto fundamental é a combinação entre o pressuposto sobre a *diversidade* dos indivíduos⁹⁶ *racionais* em condições de escassez. Isto é, a Ciência Econômica começava a ser vista essencialmente como uma *ciência da escolha* em situações de escassez (onde os atores coletivos – enquanto simples agregados de indivíduos – devem ser vistos como *a* unidade de análise). Logo, a análise econômica podia, portanto, ser estendida para *qualquer* domínio social que tivesse pelo menos quatro características: uma variedade de fins (inerente à própria idéia de que os indivíduos são idiossincráticos ou dotados de livre-arbítrio); uma gradação de importância entre estes fins; a limitação dos meios para obtê-los (escassez) e a possibilidade de empregar tais meios de *formas variadas*. Estava aberta a possibilidade de expandir esta lógica para a maior parte das esferas da existência social (e até mesmo, para a biosfera: hienas, lobos, ursos, bactérias etc... Todos são maximizadores de utilidades e adequam seu comportamento em função da escassez dos recursos)⁹⁷.

As raízes desta “mini-revolução” se situam já na década de 1930 mas, dadas as condições adversas ao *laissez faire* a partir desta data, este estilo de pensamento ficou dormente até encontrar um terreno favorável. As tensões gerais da década de 1970 possibilitaram o seu desabrochar, embora de forma ainda tímida. E este mesmo clima gerou as discussões que culminaram na consolidação da

(95) cf. Gareth DALE *Karl Polanyi: the limits of the Market* Malden: Polity Press, 2012 p. 95-6.

(96) Esta é uma herança velada da vertente do pensamento cristão calcada na defesa do livre-arbítrio como a *especificidade* do homem. Por serem dotados desta faculdade, todas as instituições humanas serão produzidas como resultados indesejados – a famigerada “ordem espontânea” – de uma miríade de decisões.

(97) *Op. cit.* p. 104-5

Economia Política Internacional nos EUA. É bastante difundida a visão de que este ramo do conhecimento se estruturou inicialmente no debate em torno da Teoria da Estabilidade Hegemônica⁹⁸, associada ao nome de Charles Kindleberger. Mas algumas qualificações são necessárias. Essa “teoria” foi *deduzida* a partir da publicação de *The World in Depression* (1973), especialmente com base em um elemento de sua explicação sobre as raízes da crise de 1929: a tese de que sua profundidade, grande extensão e resiliência se devia à falta de uma clara liderança internacional capaz de estabilizar e coordenar o sistema. Como evidência, de forma bastante controversa, ele contrapôs dois períodos marcados por uma clara liderança internacional (a Grã-Bretanha na segunda metade do XIX, os EUA no imediato pós II Guerra Mundial) com o entre-guerras, cuja peculiaridade era exatamente a *falta* de liderança: a Grã-Bretanha tinha vontade mas não tinha mais condições e os EUA tinham condições mas não aspiravam liderar. Mas, a princípio pelo menos, o autor não tinha nenhuma pretensão de criar uma “teoria” deste tipo. Ele inclusive rejeita o termo hegemonia, enfatizando a predileção pelo termo *liderança* e, até mesmo, *responsabilidade* (isto é, o país líder assume a *responsabilidade* pelo sistema). Quem batizou a teoria foi um de seus adversários: o termo “estabilidade hegemônica” foi cunhando por Robert Keohane a partir de uma crítica às posições de Kindleberger (e de Robert Gilpin).

Um dos pilares da interpretação de Kindleberger repousa na idéia de que o líder é o principal ofertador e regulador dos bens coletivos – a estabilidade em especial – e, por extensão, teria de cumprir pelo menos cinco funções críticas: i) manter um mercado relativamente aberto para mercadorias excedentes⁹⁹; ii) prover linhas de crédito contra-cíclicas (ou pelo menos estáveis); iii) garantir um mínimo de estabilidade no sistema cambial; iv) coordenar as políticas macroeconômicas e v) operar como um emprestador de última instância¹⁰⁰. A primeira vista – e levando em conta o papel ativo de Kindleberger na formulação e implementação do Plano Marshall, enquanto ocupou cargos no Departamento de Estado entre 1945 e 48 – a tendência dominante foi rotular esta variante da Teoria da Estabilidade Hegemônica como “benigna”¹⁰¹, isto é, fundada no pressuposto de que o país líder, mesmo sendo capaz de exercer uma forte influência na estruturação do sistema (que, portanto, tende a assumir uma forma compatível com seus interesses), acaba por arcar com a maior parte dos custos de gestão.

(98) Cf. Benjamin COHEN *International...* op.cit. p. 67. Na sequência, ele faz um pertinente comentário: “Para muitos da escola Inglesa, A Teoria da Estabilidade Hegemônica foi pouco mais do que uma forma de desorientação – um jogo de cena orquestrado pelos acadêmicos americanos excessivamente preocupados com o seu próprio lugar no mundo. E nós sabemos que os céticos não estavam inteiramente errados. A premissa da teoria, hoje é sabido, foi sempre algo similar a um falso boato. A distribuição do poder do Estado não mudou tanto com a THE tinha pressuposto. Em termos empíricos, o debate acabou se tornando um não-assunto.” p. 67-8. Foi exatamente a percepção de que as coisas poderiam mudar significativamente que precipitou a discussão.

(99) O termo empregado por Kindleberger é “distress goods”, de difícil tradução. Mas o sentido é claro: mercadorias excedentes, que encontram dificuldades para serem realizadas no mercado mundial (e, evidentemente, que não podem ser realizadas no mercado onde foram produzidas), podem gerar crises. Se o país estabilizador – por conta do dinamismo de seu mercado - absorver tais mercadorias, irá *prevenir* a crise e, portanto, irá beneficiar a todos.

(100) Cf. Charles KINDLEBERGER *The Word in Depression (1929-1939)* London: Penguin, 1987[edição revisada. Ed original: 1973] p.289.

(101) Cf. Benjamin COHEN *International...* op. cit. p. 72.

Mas há uma dimensão do seu pensamento que não é tão magnânimo. Por *depende* de uma liderança durante a constituição e nos momentos de desajuste, uma economia internacional liberal não é capaz de se autorregular. Este tipo de economia sequer é capaz de se estruturar de forma espontânea: sem que um Estado poderoso adquira a habilidade de *internalizar* e moldar um conjunto de regras favoráveis ao *free trade*, a tendência geral é o protecionismo e políticas defensivas, que inviabilizam uma ordem liberal. Logo, o comércio e a finança internacional não possuem nenhuma tendência natural à abertura ou à expansão. Além disto, Kindleberger ressalta na edição original deste livro - e reforça a mesma a posição 13 anos depois, em sua reedição - que este papel de liderar a economia mundial só poderia ser feito por *um* país¹⁰². Como a percepção era de que a liderança dos EUA - e o próprio sistema de Bretton Woods - começava a entrar em crise, estas afirmações geraram um intenso debate, que, de certo modo, estruturou tanto as Relações Internacionais quanto a Economia Política Internacional nos EUA.

Como, por motivos óbvios, os Cientistas Políticos tendem a ver a economia mais como um recurso de poder (isto é, um meio, não um fim), não tardou a formulação de uma perspectiva centrada na visão oposta, isto é, de que o hegemon só arcava com os custos na medida em que ele fosse capaz de traduzir a liderança em vantagens concretas, especialmente no que diz respeito à dimensão da segurança internacional. Robert Gilpin - embora tenha reconhecido em diversas ocasiões a importância seminal dos estudos de Kindleberger - foi, como veremos logo a frente, um dos principais expoentes desta crítica. Uma segunda objeção, encabeçada por Keohane, refletindo sobre a variante atribuída à Kindleberger, fundamenta-se na idéia de que, logicamente, não há nada que restrinja a capacidade de coordenar a ordem internacional e prover os bens coletivos a *apenas um Estado*: dois ou mais Estados podem agir em conjunto, proporcionando a estabilidade em todos os níveis da interação no sistema internacional, isto é, desde a segurança à gestão dos regimes e da economia¹⁰³. Contudo, a crítica mais devastadora - que é congruente com a idéia de uma hegemonia mantida por uma concertação de potências *em afinidade com laços transnacionais entre os principais Estados* - era baseada em uma simples questão, reiterada por Keohane, Krasner e Nye no calor dos acontecimentos: se a hegemonia de um só país é tão fundamental para garantir a operação de uma economia liberal, porque a interdependência internacional *aumentou* na década de 1980, onde supostamente a hegemonia dos EUA - e a capacidade dos Estados controlarem as corporações transnacionais - estava em declínio?

(102) Em seus próprios termos: "Estas funções," [as cinco, anteriormente descritas] "eu acredito, devem ser organizadas e realizadas por um único país que assume a responsabilidade pelo sistema." *Ibid* p. 72. Mas a frase mais citada (em geral, com a página errada), é quando ele discute que, em momentos de crise, entre o bem estar do conjunto e seus interesses imediatos, os Estados tendem à adotar a segunda opção e, para tanto adotam medidas intervencionistas, que agravam ainda mais a situação. Para quem - como Keynes - sugere tais medidas: "It misses the main lesson of the interwar years, however: that for the world economy to be stabilized, there has to be a stabilizer - one stabilizer." p. 304.

(103) Kindleberger reconheceu - com reservas - esta possibilidade: se uma fase de estabilidade baseado na liderança de um país enfrenta uma crise, é possível contorná-la mediante uma coordenação política perene entre as principais *potências econômicas*. cf. Charles KINDLEBERGER "Dominance and Leadership in the International Economy: exploitation, Public Goods, and Free Rides" *International Studies Quarterly* 25 (1981) p. 251-2. Na reedição de *The World in Depression* ele reproduziu um argumento similar. Porém esta cooperação só é possível *depois* da estruturação do sistema, momento onde uma única liderança clara é essencial. O curioso é que, embora tenham levantado a questão, Nye e Keohane chegam a ceder em um ponto: assim como Kindleberger (embora usando uma explicação diferente), ambos reconheceram que a liderança é fundamental *na fase da construção e estabilização* de uma nova ordem internacional que, uma vez em movimento, e amarrada por um conjunto de regimes internacionais (que enredam os Estados tanto no plano interestatal quanto transnacional), ela pode caminhar para formas múltiplas de gestão, aproximando-se do tipo ideal da *interdependência complexa*.

Estes eram os termos gerais do debate. Podemos agora destacar o que é realmente essencial. Em certo sentido, esta “teoria” situa-se em um ponto de interseção entre duas correntes do pensamento muito distintas: o realismo político e o liberalismo, onde de um modo geral, predomina a segunda. No limite, a Teoria da Estabilidade Hegemônica não passa da transposição dos axiomas básicos do liberalismo para a arena internacional, levando em conta, entretanto, sua peculiaridade: a forma *anárquica* de ordenamento político. Todos os modelos produzidos pela Ciência Econômica têm como pressuposto básico (porém, por vezes oculto) a presença do Estado como a única autoridade formal capaz de ofertar em seu território os bens coletivos essenciais: a moeda, o direito e o poder de coerção (polícia, exército). Somente por conta da presença do Estado é que os “atores econômicos” podem reduzir com segurança a sua autonomia – isto é, abdicar da capacidade de, *enquanto unidades econômicas*, produzirem diretamente seus meios de vida - e, desse modo, sociabilizarem-se por intermédio das redes de interdependência articuladas pelo mercado. Logo, as regras do jogo na economia nacional são *fundamentalmente diferentes* das que caracterizam a economia internacional. Disto decorre que a ausência de uma fonte de autoridade centralizada e estável modifica *essencialmente* os parâmetros do sistema e o comportamento dos agentes. Assim, a forma e o grau de abertura da economia internacional depende da *estabilidade* da política mundial que, por sua vez, tem como base uma configuração do equilíbrio de poder aceita pelos Estados mais poderosos e seus respectivos blocos no poder.

É daí que parte o axioma básico da Teoria da Estabilidade Hegemônica, em sua formulação mais geral: a hegemonia de uma potência é a forma *mais estável de distribuição de poder* e, portanto, a que permite um maior grau de desenvolvimento da economia internacional pois¹⁰⁴, supostamente, a preponderância do hegemôn faz com que ele possa (se desejar...) *emular*, de forma limitada, as funções de um Estado mundial. Contudo, a despeito destas observações gerais, Robert Gilpin, que possui uma relação ambivalente com esta corrente teórica¹⁰⁵, ressaltou com mais veemência um aspecto do pensamento de Kindleberger: a simples preponderância de uma potência *não garante que a ordem seja liberal*. Para que isto ocorra são necessárias ao menos 3 condições: i) a potência hegemônica precisa possuir estruturas econômicas e políticas internas (a capacidade de *internalizar* as regras do *free trade*, na formulação de Kindleberger) *compatíveis* com uma economia mundial liberal; ii) Deve existir um número considerável de *potências intermediárias* compatíveis com um sistema econômico internacional aberto; iii) Deve preponderar um ambiente ideológico *geral* propício ao pensamento liberal

(104) Os sistemas multipolares supostamente limitam o escopo e a articulação da economia internacional. As trocas incidem *predominante no interior das alianças* e só se ramificam *entre* as alianças nos raros momentos de entendimento entre as potências regionais (ou entre as duas grandes potências, no caso de sistemas bipolares).

(105) Ele explicitamente afirma endossá-la, com algumas reservas pontuais: “Minha posição é a de que é necessário haver uma potência hegemônica para sustentar uma economia internacional liberal. Sobre se essa economia é concebida como um bem coletivo ou um bem privado, compartilhado por um grupo de Estados, a experiência histórica sugere que, na ausência de uma potência dominante liberal, a cooperação econômica internacional tem sido muito difícil de alcançar e de sustentar, o que deixa o conflito como a norma”. Robert GILPIN *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UNB. 2002 p. 108-9

(comunidades epistêmicas, *embedded liberalism*¹⁰⁶ (ou algo do gênero)) para que os interesses da potência dominante possam aparecer como coincidentes com os interesses gerais¹⁰⁷.

Outro elemento da posição de Gilpin – e que também coincide com a visão de Kindleberger¹⁰⁸ – é a tese de que os “sistemas hegemônicos” são intrinsecamente instáveis e, embora possuam durações variáveis, inevitavelmente, entram em declínio. Uma das fontes de crise deriva da própria estrutura da economia política internacional, isto é, o fato de estar ancorada na tensão entre a lógica do mercado e do Estado, que gera um *descompasso* entre a distribuição de poder político e econômico: o próprio dinamismo do mercado cuida de redistribuir a riqueza e, desse modo, a criar instabilidades crescentes¹⁰⁹. A segunda fonte de instabilidade é a possibilidade – na verdade, do modo como Gilpin raciocina, isto é quase uma *tendência geral* – do hegemôn explorar a sua posição dominante para satisfazer suas necessidades e objetivos mais imediatos, tendendo ao unilateralismo e ao uso de medidas coercitivas, precipitando desse modo a redução de sua legitimidade.

O grande mérito de Gilpin foi tentar *assimilar* boa parte das críticas à Teoria da Estabilidade Hegemônica e, o que é mais importante, vinculá-la às preocupações mais gerais sobre a dinâmica e as condições que presidem a transformação social. Isto o obrigou a confrontar conceitos, teorias e hipóteses oriundas de tradições distintas – realismo político, marxismo, perspectiva do sistema-mundo, a teoria da economia dual, etc... – e levar em consideração o que ele costuma chamar de “experiência histórica”. Logo, ele é um exemplo vívido do estilo de reflexão produzida nos EUA após as tensões e incertezas vivenciadas na década de 1970. Por um breve momento, parecia ter surgido a possibilidade de um diálogo entre a Ciência Política e a Economia, nutrido pela história. Mas o resultado final foi decepcionante: o que se verificou nos círculos acadêmicos dominantes nos EUA foi a subordinação da Economia Política Internacional às Relações Internacionais que, embora reconheçam diversos “atores”,

(106) Cf. John RUGGIE. "International Regimes, Transaction and Change: embedded liberalism in the postwar economic order". *International Organization*, v.36, (1982). O próprio Gilpin cita este artigo como apoio a esta idéia.

(107) Cf. Robert GILPIN *A Economia Política...* op. cit. p. 92-101.

(108) “*Lend-Lease* e o Plano Marshall são gestos mais característicos da liderança. Eles são difíceis de se sustentar por longos períodos. O líder torna-se corrupto, ou é percebido deste modo; o líder fica cansado dos caronas [free-riders], ou acredita que ele ou ela está falindo pelo excesso de compromissos, ou ambos. *O limite econômico aos encargos pode sustentar é, com certeza, muito maior do que o limite político*(...). Um sistema de Economia Mundial baseado na liderança é portanto instável ao longo do tempo do mesmo modo que a *Pax Britannica*, *Pax Americana*, sistema de equilíbrio de poder ou os oligopólios são instáveis.” Charles KINDLEBERGER “Dominance ... op. cit. p. 251. Neste mesmo texto, além destes motivos de instabilidade, Kindleberger faz diversas alusões à “inevitabilidade da entropia” que irá corromper as bases da liderança, e criar as condições para a sucessão do novo líder.

(109) “Embora seja necessário um ambiente político favorável para a liberação e o desenvolvimento das forças de mercado, o mercado internacional tende a funcionar segundo uma lógica própria. Conforme observamos anteriormente, a competição econômica e os mecanismos dos preços levam a economia de mercado a níveis crescentes de eficiência produtiva, crescimento econômico e integração dos mercados nacionais. Com o tempo, o mercado provoca mudanças profundas na localização das atividades econômicas, o que afeta a distribuição internacional do poder econômico e industrial. A liberação das forças do mercado transforma o próprio contexto político, *minando o poder hegemônico*, e cria um novo ambiente político, ao qual o mundo precisara se ajustar. Com a mudança *inevitável* na distribuição do poder econômico e militar do núcleo para os países em ascensão situados na periferia e em outras posições, diminui a capacidade da potência hegemônica sustentar o sistema. *Assim, o capitalismo e o sistema de mercado tendem a destruir as bases políticas dos quais dependem.*” *Ibid* p. 98 (grifos meus).

só aceita *uma lógica*, a baseada no indivíduo racional como a unidade *fundamental* da análise: os “cientificistas” ganharam a disputa contra os “tradicionalistas”.

Na Grã-Bretanha a trajetória foi um pouco diferente. A forte herança da escola inglesa de Política Internacional tendeu a afastar a reflexão do estilo que predominou nos EUA. Outra fonte importante de diferenciação veio da Ciência Econômica, em especial, devido ao forte protagonismo exercido por Susan Strange na fundação da Economia Política Internacional na Grã-Bretanha¹¹⁰. A principal característica do seu pensamento – além do pendor herético e saborosamente polemista – é o seu profundo *senso prático* que se materializa na capacidade de ir direto ao que é realmente essencial, sem conceder muito a floreios “teóricos” ou a modismos acadêmicos. Foi com este espírito que ela ajudou a consolidar uma das características fundamentais da escola britânica: a tendência à multidisciplinaridade, apoiada no resgate das tradições da Economia Política Clássica, mas com uma clara ênfase em uma noção de *poder* multifacetada e abrangente e, talvez este seja o traço decisivo, o foco nos grandes problemas do sistema internacional, com vistas a compreender as suas possibilidades de *transformação*.

Entretanto, foi o modo como Strange concebia o papel das finanças – quando muitos estavam ainda hipnotizados com uma visão muito restrita “da produção”¹¹¹ – e seu *entrelaçamento* com as demais formas de poder – do poder do Estado em especial, - que criou uma das linhas de maior influência da escola inglesa de Economia Política Internacional, que rapidamente transbordou para estudos de inspiração geopolítica e sociológica, aumentando progressivamente a diferença com a reflexão predominante nos EUA. O modo como ela delimita o campo já evidencia a divergência:

A definição, portanto, que eu darei ao estudo da economia política internacional é que ela abrange os arranjos sociais, políticos e econômicos que afetam os sistemas globais de produção, trocas e distribuição, e a mistura de valores aí refletidos. Estes arranjos não são fruto de ordenação divina, nem o resultado fortuito do mero acaso. Ao contrário, eles são o resultado de decisões humanas tomadas no contexto de instituições constituídas pela homem, por conjuntos de regras auto-institucionalizadas e costumes¹¹².

Mas a questão fundamental não diz respeito apenas às dimensões do objeto – afinal, como vimos, para muitos, até mesmo micro-organismos e animais gregários maximizam utilidades e pautam seu

(110) E não foi uma tarefa fácil. Os recursos eram escassos (principalmente se comparado com o volume e a grande diversidade de fontes de financiamento à disposição de Nye e Keohane entre 1970 e 80) e ela encontrou muita resistência entre seus colegas. Um dos casos mais conspícuos é relatado por Benjamin Cohen: Strange retornou à *London School of Economics* em 1978 com o objetivo de criar o primeiro curso britânico de graduação em Economia Política Internacional. O departamento de Economia vetou o uso do nome, argumentando que este era um conteúdo do curso de Ciências Econômicas. O curso acabou ganhando um nome curioso: *Politics of The World Economy* (mas depois de certo tempo, acabou sendo rebatizado de acordo com a vontade original de Strange) cf. *International Political Economy* op.cit. p. 49-50.

(111) Essa hipnose ajuda a explicar o *exagero* de Strange no outro sentido: em especial em *Casino Capitalism*, praticamente todos os problemas fundamentais tem origem ou são acentuados pela finança “sem controle”. E, mais importante do que isto: a gestão da finança – embora difícil – é assumida como uma possibilidade efetiva, uma vez que ela rejeita toda hipótese contrária – isto é, de que a crise tinha bases estruturais - como “determinismo político” ou “econômico”, ajudando, deste modo, a construir o fetiche da Política Econômica: todos os problemas são contornáveis, basta que os sábios assumam o comando e disciplinem as finanças. O problema: *dentro das condições gerais do sistema capitalista*, é possível assumir o *comando* consciente da sociedade?

(112) Susan STRANGE *States and Markets* London: Pinter Publishers, 1989 p. 18

comportamento de acordo com a escassez - mas, essencialmente, como tentarei apontar, tal alargamento se combina a uma reação à já saliente influência do “individualismo metodológico”.

Logo, um dos eixos centrais de sua abordagem é que, para tentar escapar da capciosa tensão entre a determinação do político e do econômico típica da disputa entre economistas e cientistas políticos, Strange propõe uma *outra distinção*: poder relacional e estrutural. A primeira forma de poder é, segundo ela, a forma mais empregada pelos autores realistas na bibliografia convencional de Relações Internacionais: a capacidade (ou habilidade) de um ator A fazer com que B faça algo que, de outro modo, não faria. Como se sabe, é exatamente essa a definição de poder empregada por Robert Dahl, e que gerou infindáveis debates na Ciência Política estadunidense. De acordo com Susan Strange, o problema com esta definição é duplo: o poder relacional é uma forma *direta* e *consciente* de exercício de poder, dificilmente aplicável no terreno das relações internacionais, onde se acentuam os efeitos não-intencionais das ações e formas indiretas de exercício de poder (como parece ser o caso do poder estrutural).

A segunda forma é mais controversa e exige alguma elaboração. Como já apontei, Susan Strange sempre teve uma postura mais pragmática: ela subordina a reflexão teórica aos problemas sociais que visa apreender. A noção de poder estrutural surgiu no meio de suas interpretações sobre as tensões das décadas de 1960 e 80, muito *antes* de ganhar uma forma teórica mais acabada¹¹³. Ela chama de poder estrutural a capacidade de modelar – embora nunca fique claro exatamente de que modo isso se processa - as *estruturas* onde se dão as interações, isto é, delimitar o escopo e definir os parâmetros onde o poder relacional se manifesta. Na segunda metade da década de 1980 ela desenvolveu um pouco mais o argumento, definindo com mais clareza cada uma delas e, sobretudo, as sua dinâmica. Ela discrimina quatro estruturas: Segurança, Produção, Conhecimento e Finança. Ou, em termos mais simples: quem *detém* o poder estrutural é capaz de *controlar* a violência organizada, o modo como as mercadorias e serviços são produzidas, a oferta e a demanda de crédito e, por fim, controle sobre as crenças, conhecimento e as idéias¹¹⁴. Em seu entender, não há nenhuma *hierarquia* predefinida entre elas, embora uma delas possa dominar. No caso dos EUA, de forma recorrente, ela afirma que a dimensão financeira é a sua principal *fonte de poder*, sobrelevando-se inclusive sobre a sua capacidade militar.

(113) Ver em Christopher MAY “An Annotated Bibliography of Susan Strange’s Academic Publications 1949-1999” *IPEG papers in Global Political Economy* no. 1 Fevereiro 2002 p. 8-20 o modo como esta idéia foi aparecendo em suas publicações. A noção de poder estrutural já aparece embrionariamente em diversos estudos situados entre 1968 e 74. Entre 74 e 84, exatamente no momento em que se acirram as tensões internacionais, ela desenvolve melhor a própria idéia de estrutura e a necessidade de suplantar a reflexão centrada no poder relacional.

(114) Um ponto extremamente polêmico é a afirmação de que estas estruturas – ou, alternativamente, as *fontes* de poder estrutural - não são uma exclusividade do economia política internacional, pois elas se manifestam também em grupos humanos pequenos, como as famílias e as comunidades rurais mais remotas. Cf. *State and Markets* p. 26. Há pelo menos dois problemas básicos com uma definição tão elástica. A arbitrariedade é o mais óbvio. Elas são muito distintas no que diz respeito à abrangência e à própria temporalidade. Ela podem ser úteis para a Economia Política Internacional, mas a sua relevância para unidades menores ou outros tipos de sociedade é bastante questionável. O segundo problema: por serem passíveis de *controle*, elas não operam *como* estruturas e, portanto, como já havia salientado Robert COX (“Take Six Eggs: theory, Finance and the real economy in the work of Susan Strange” in: *Approaches to World Order* op. cit.), ao final das contas, o poder *relacional* é ainda o mais relevante, especialmente se levarmos em conta o modo como ela as emprega para explicar o poder dos EUA – que se manifesta em suas ações e não-ações – na década de 1980.

A noção de poder estrutural – talvez por ser muito vaga - acabou sendo bastante influente, gerando diversos estudos importantes, centrados na relação entre Poder e Finança e o papel essencial dos Estados na configuração do chamado “neoliberalismo”. Para citar apenas dois exemplos: o excelente livro *States and the Reemergence of Global Finance* de Eric Helleiner¹¹⁵ é herdeiro direto da linha aberta por Strange, especialmente no que diz respeito à capacidade de os EUA explorarem o seu poder estrutural para forçar o fim da regulação à finança e, desse modo, enterrarem de vez o que havia sobrado da era de Bretton Woods. Outro livro importante, embora um pouco exagerado, que busca combinar a idéia de poder estrutural à crítica de Susan Strange à “teoria” dos regimes internacionais típica da escola americana é *A Roleta Global*, de Peter Gowan¹¹⁶. Contudo, o ponto alto do livro é o *modo* como ele vincula as determinações no plano do sistema internacional (“globalização”) – onde o papel dos EUA e dos demais Estados proeminentes é decisivo - com as transformações *internas* nos principais países (“neoliberalismo”). Este parece ser um caminho bastante frutífero, que flui quase naturalmente da confluência entre as Relações Internacionais e a Economia Política Internacional.

Outra figura chave da escola inglesa é o canadense Robert Cox¹¹⁷. Mas a sua obra é bastante peculiar pois, por *sempre* subordinar a sua reflexão a uma perspectiva emancipatória radical, ele tende a todo momento a ultrapassar os marcos da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais. Sua concepção de estrutura, que praticamente se confunde com a sua noção de *produção*¹¹⁸, por exemplo, discrepa radicalmente da forma usual como ela é concebida, mesmo no pensamento auto-apelidado de crítico. Ela sempre é contraditória. Como toda estrutura, ela gera *regularidades*, sem as quais a vida social não seria possível. No entanto, como as estruturas são constituídas essencialmente pela *polarização social*, elas são dinâmicas e sujeitas à transformação. São sempre, portanto, *estruturas históricas*, isto é, totalidades limitadas, que constroem e dinamizam as forças sociais.

A seu ver, estas estruturas históricas podem ser decompostas em três categorias *ou* forças principais. As *capacidades materiais* (similares ao conceito marxista de forças produtivas), que congregam a capacidade produtiva dinâmica (que inclui a tecnologia embebida nos instrumentos e na organização da produção) e os recursos (acumulados ou passíveis de serem mobilizados pela produção); as *idéias*, isto é, o conjunto de significados intersubjetivos que atravessam todas as divisões sociais, bem como as diversas imagens coletivas em antagonismo (as formas de identidade, que não necessariamente

(115) Ithaca e London: Cornell University Press, 1996 (Ed. Original: 1994).

(116) Rio de Janeiro & São Paulo: Record, 2003. (Ed Original: *The Global Gamble*, 1999). O livro é um pouco desigual: o argumento principal está na parte I (até então inédita), enquanto a parte II é composta por artigos já publicados, de relação indireta com o que foi tratado anteriormente. O problema principal, contudo, é a grande tendência a exagerar o grau de clarividência dos EUA em suas ações. O caso mais conspícuo está na sua interpretação sobre o choque do Petróleo: o governo Nixon queria valorizar o preço do Óleo já em 1970, para golpear seus concorrentes na Europa Ocidental e o Japão, pressionando a OPEP, que acabou “cedendo” em 1973. cf. p. 47-8.

(117) Embora seja perceptível a diferença entre a “escola estadunidense” e a “escola inglesa” de EPI, todos os autores que já escreveram sobre o assunto reconhecem o alto grau de arbitrariedade que envolve este tipo de comparação e, fundamentalmente, que ela não deve ser entendida em termos exclusivamente geográficos.

(118) Embora em seus textos sobre as tensões da década de 1980 – a maior parte deles reunidos em *Production, Power and World Order* – a expressão “produção” *pareça* se aproximar de um sentido muito estrito, isto é, a produção nas unidades produtivas no setor primário e secundário sobretudo, o sentido de produção é muito mais amplo: significa, na realidade, *produção da vida material*, que envolve também a produção de idéias, normas, instituições e significados intersubjetivos.

se restringem a classes ou frações de classe particulares) e, por fim, as *instituições*, entendidas de forma ampla (isto é, que consistem em combinações específicas entre *idéias* e poder material).

Contudo, o ponto mais relevante de sua abordagem diz respeito ao modo como ele concebe a própria formulação teórica. Toda teoria tem, *necessariamente*, uma perspectiva – um ponto de vista¹¹⁹ – e um propósito e, portanto, deve ser observada inicialmente como *ideologia*. Teorias que reivindicam a atemporalidade e a neutralidade axiológica, por tomarem o *status quo* como uma realidade imutável, sempre oferecem apenas “soluções” ajustadas a este horizonte, presas, portanto à racionalidade instrumental. A este tipo de “teoria” Cox dá o nome de *problem solving theories*. Contudo, nos momentos de crise social intensa, onde as pressões da realidade sobre a consciência são muito intensas, o pensamento social é forçado a romper estes limites, abrindo o caminho para a materialização de *teorias críticas*: isto é, visões totalizantes que, mediante uma crítica radical das *problem solving theories* vigentes e demais formas de saber – denunciando seus interesses ocultos e seu papel como obstáculo à mudança – visam *transcender* os limites ao pensamento e à ação social, para tentar superar a crise por uma via emancipatória.

Logo, uma teoria crítica é profundamente enraizada na História, pois ela parte de uma perspectiva *genealógica* e prospectiva. No primeiro caso, porque a compreensão das raízes históricas do presente é fundamental para desconstruir os discursos reificados (que se cristalizam nas *problem solving theories*, por exemplo) e explicitar os constrangimentos às possibilidades de emancipação. É prospectiva porque tem por objetivo detectar os *futuros possíveis* que se abrem à ação humana e, desse modo, *propor linhas de ação prática*, no intuito de produzir uma sociedade melhor. O segundo aspecto importante é que, como já foi adiantado na discussão sobre a teoria das Relações Internacionais, uma teoria só pode ser genuinamente crítica se for *reflexiva*. Logo, uma teoria crítica deve se esforçar para tentar definir os *limites* à ação humana – constituídos historicamente e moldados também pelas percepções sobre o futuro – em cada caso concreto e, simultaneamente, levar em consideração *os limites intrínsecos* ao conhecimento, dos quais, evidentemente ela compartilha. Em resumo: uma teoria crítica deve ser capaz de identificar *as possibilidades imanentes de transformação social emancipatória*.

*

A comparação entre a postura de autores como Robert Cox e Susan Strange com o estilo de reflexão de Robert Keohane, Joseph Nye e até mesmo Gilpin revela as diferenças entre a tradição estadunidense e britânica. Nos EUA, como tentei apontar, a reflexão em torno das Relações Internacionais absorveu e, de certo modo, eclipsou a Economia Política Internacional. Mas, no processo, para usar uma palavra de predileção de seus adeptos, ambos ramos do conhecimento foram dominados por um mesmo “paradigma”: o mal afamado “individualismo metodológico”. Na Grã-Bretanha a influência do que os cientificistas chamam pejorativamente de “tradição clássica” foi muito mais intensa, fato que aumentou o peso da História e a tendência à interdisciplinaridade, diluindo as pressões em favor de um modelo de pensamento baseado nas ciências naturais.

(119) Esse ponto de vista deve ser visto levando em conta diversos critérios que podem se interrelacionar: i) classe, grupo, ou nação; ii) de uma posição de domínio ou subordinada; iii) de um movimento de ascensão ou declínio; iv) de um contexto tido como imutável ou em uma situação de crise, onde há a percepção da possibilidade da mudança.

Mas, no final das contas, em formas e intensidades distintas, nos dois casos a Economia Política Internacional continua prisioneira de uma capciosa tensão, adequadamente exposta por Geoffrey Underhill:

Se a maior parte da bibliografia em Economia Política Internacional insiste que a autoridade política e os mercados são interdependentes e não podem ser analiticamente considerados de forma isolada, a sua relação é usualmente retratada como uma relação de antagonismo interdependente. A lógica política, particularmente a lógica dos Estados, puxa em uma direção. A lógica econômica, a lógica os mercados, puxa em outra. A sagacidade ou a legitimidade política pode ser invocada para controlar as forças de mercado, ou as forças de mercado podem derrotar a tentativas de definição política dos resultados, mas nos dois casos, Estados e mercados existem em repulsão. Podem afetar um ao outro de forma recíproca, mas eles permanecem processos separados dentro de um todo social mais vasto¹²⁰.

Contudo, embora o diagnóstico seja excelente, a solução proposta pelo autor para tentar superar o “cabo de força” entre o Estado e o Mercado é pouco convincente. A ideia é tentar substituir a dicotomia Estado versus Mercado por uma perspectiva baseada na *simbiose* entre os dois, mediante um modelo – exoticamente batizado de *state-market condominium* – que tenta embaralhar, de forma confusa, a lógica dos processos com a dos atores tendo como uma das diretrizes um traço bastante singular da interpretação de Susan Strange:

[a] sua insistência de que não devemos focar nos Estados e mercados enquanto tais, mas na interação entre a *autoridade política* e o *mercado*. Autoridade política não é uma prerrogativa nas instituições formais dos Estados e suas ramificações de governança tais como os regimes, mas está presente também nos agentes do mercado como parte do condomínio Estado-Mercado. O mercado *é* governança, mesmo que ele pareça operar em misteriosas formas privadas¹²¹.

Este tipo de “fusão” é uma solução pior do que a proposta por Robert Cox, por exemplo, que aparentemente se assemelha a esta visão, ao propor a interpenetração do Estado e da Sociedade Civil como um dos marcos do período contemporâneo. Mas ele o faz de forma muito mais sofisticada e dinâmica, pois congrega a “internacionalização” do Estado (que ajuda a amalgamar Estado e Sociedade Civil em uma escala internacional) e da Produção (que exige a interpenetração entre elementos do poder público e do setor privado) levando em conta o modo como esta articulação ganha concretude na configuração de uma estrutura de classes peculiar, onde a “autoridade política” nos termos aqui definida, se concretiza nos atritos entre a classe dos “administradores transnacionais” (que combina elementos da vida privada e autoridades públicas), e as forças sociais que tendem ao nacionalismo. É claro que esta postura gerou – e continuará a gerar - diversas controvérsias. Mas, pelo menos em potência, ela aponta para a necessidade de tentar suplantar as especialidades acadêmicas e recoloca no centro da análise o conflito entre as classes e os grupos sociais enquanto forma suplementar de identidade social.

Considerações finais

Embora extremamente complexas, as interações entre os três ramos do conhecimento aqui discutidos estão ganhando alguns contornos mais definidos. Uma primeira aproximação do problema irá

(120) Geoffrey UNDERHILL “State, Market... *op. cit.* p. 804

(121) *Ibid* p. 810.

apontar que, pelo menos desde a década de 1970, há uma *tendência* à multiplicação dos temas e ao entrecruzamento dos objetos que, aparentemente, aponta para a interdisciplinaridade. Mas isto não se processa de modo uniforme. Pelo contrário. A despeito das inúmeras sutilezas e variantes há, no plano do saber, um grande movimento que se ramifica em duas grandes tendências em polarização, que se manifestam com um colorido especial em cada uma das três áreas do conhecimento em pauta. De um lado, uma tendência à aproximação do *método* das ciências naturais, caricaturada pelos adversários como “positivismo” ou “cientificismo”. De outro, situa-se outra tradição, rotulada de “tradicional” pelos seus antagonistas, muito mais afeita à História e, de certo modo, à hermenêutica. Seus adeptos gostam de serem chamados de “críticos”, epíteto que, evidentemente, não é reconhecido por seus rivais.

No primeiro pólo, os diversos temas e a concatenação dos objetos (a “interdisciplinaridade”) é possível pela *generalização* de uma lógica cuja base fundamental é o indivíduo em situações de escassez, onde a alternância entre a cooperação e o conflito é explicada essencialmente pelas *pressões competitivas* dos diversos sistemas que constroem os atores sociais (entendidos, *sempre*, enquanto *unidades* em competição). Esta mesma lógica é a base tanto das perspectivas mais ortodoxas¹²² – muito mais restritivas, no que tange à possibilidade de um conhecimento interdisciplinar – quanto das mais heterodoxas. Neste caso, para articular objetos distintos (ou, pelo menos, para combinar o domínio da Economia e da Política), como tentei indicar, é comum recorrer a tipos ideais e/ou então à metáfora de um “jogo” disputado em múltiplos tabuleiros, onde a especificidade do “tabuleiro” modifica as capacidades relativas dos atores e, portanto, altera as estratégias e as interações. Logo, essencialmente, o que permite o diálogo entre disciplinas distintas é, exatamente, a idéia de que, em todos os casos, há uma *disputa* entre atores racionais por recursos finitos, que gera uma tendência geral à maximização dos rendimentos e minimização dos custos.

O outro pólo é muito mais heterogêneo. O único elemento unificador é a rejeição às premissas e ao estilo de análise dos “cientificistas” / “positivistas” / “behavioristas”. É importante salientar que o próprio fato de não existir um consenso mínimo em como rotular o bloco antagônico revela a heterogeneidade. Como aponte, em uma “solução” improvisada e precária, alguns “internacionalistas” (sic.) tendem a recorrer, especialmente nos manuais, a uma definição negativa do seu campo: teorias ou correntes “pós-positivistas”. De qualquer modo, este terreno deve ser hoje compreendido como um *foco de resistência*, que assumiu um formato defensivo, especialmente depois de 1991. Porém, as condições que alçaram a lógica do indivíduo no centro da ação e da reflexão social estão se deteriorando rapidamente. Mas, por si só, isto não impulsiona a tradição crítica¹²³. Em primeiro lugar, a tensão entre a

(122) A posição ortodoxa, como tentei indicar distingue radicalmente teoria de realidade e, simultaneamente, se preocupa em definir formalmente as teorias de acordo com o seu tipo: reducionistas (a propriedade dos atores explica o conjunto) ou sistêmicas. Logo, a propensão à interdisciplinaridade é menor. Primeiro porque teorias de tipos diferentes são incomensuráveis. E, no caso das teorias sistêmicas, como o princípio ordenador do sistema (anarquia ou hierarquia) é fundamental, sistemas hierárquicos geram padrões de interação muito distintos dos sistemas anárquicos. Logo, uma teoria sistêmica baseada em um princípio ordenador hierárquico não é compatível com uma teoria que visa explicar um sistema anárquico. Logo, a rigor, só se pode propor analogias e teorias de validade mais geral *se os objetos distintos forem estruturalmente similares*.

(123) Não há espaço para tratar deste tema aqui. Mas são as formas mais gerais de organização e de produção do conhecimento que estão entrando em crise. A resposta do pensamento crítico, portanto, só pode ser radical: ter como horizonte um pensamento social unitário, reflexivo e essencialmente histórico.

dinâmica do Estado e do Mercado precisa ser melhor problematizada. E a melhor forma de fazer isso envolveria integrar a discussão no movimento das forças sociais que, em última análise, são mobilizadas pelas classes em antagonismo, levando em consideração as estruturas internas das sociedades e o modo como elas interagem com o sistema internacional.

Isto nos leva ao último ponto a ser destacado. Assistimos hoje a um nítido *descompasso* entre os fundamentos teóricos que deveriam sustentar os ramos de conhecimento aqui discutidos e, essencialmente, as análises conjunturais efetivas. Uma observação atenta sobre as discussões recentes no *mainstream* basta para constatar o óbvio: os *argumentos* veiculados pelos principais periódicos especializados, a despeito dos seus modelos matemáticos de eficácia duvidosa, não são muito diferentes dos jornais e revistas destinadas aos leigos. Boa parte da perspectiva dita crítica, por sua vez, nem sempre leva às últimas consequências a idéia de que vivemos em um momento de *profundas transformações*. Frente aos desafios típicos de uma era de transição, é muito mais cômodo aferrar-se à tentativa de ressuscitar *ipsis literis* discussões que podiam fazer sentido na década de 1960 e 70, mas que, hoje, não tem força sequer para tentar preservar o *status quo*.

Mas vamos às análises da conjuntura. Tudo parece girar em torno de duas determinações básicas. No plano do sistema mais geral, o foco irradiador é a política externa estadunidense e seus desdobramentos mais imediatos, especialmente no que diz respeito às ações das demais potências (onde a China tem sido vista cada vez mais como o segundo grande protagonista). No que diz respeito aos Estados tomados individualmente, o foco incide quase exclusivamente na Política Econômica e na Diplomacia. Tudo como se não houvessem causas estruturais a desafiar a teoria no que ela melhor pode oferecer: um *conjunto* de interpretações do cenário internacional fundado na distinção entre as agitações da superfície e as forças mais profundas que constroem e, simultaneamente, potencializam a ação humana. Descobrir a configuração atual destas forças *e a melhor forma de exprimi-las teoricamente* é o primeiro passo para delimitar a zona suscetível ao potencial transformador da ação humana, fato que não só libertaria a reflexão sobre o sistema internacional da paralisia atual, como também enriqueceria o debate realmente relevante: a avaliação rigorosa das alternativas emancipatórias que o fim da ordem da Guerra Fria e da utopia liberal podem ter colocado ao nosso alcance. O segundo passo, ainda mais decisivo e necessário, que deve ser pensado de forma concomitante, é o modo de traduzir este diagnóstico em um projeto político exequível, capaz de guiar a ação prática.

Referências bibliográficas

- ADLER, Emmanuel. Seizing the Middle Ground: constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, v. 3, n. 3, 1997.
- ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI; UNB; Imprensa Oficial, 2002.
- ARENDT, Hannah. A Sociologia como Desfetichização da Realidade. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 30, Jul. 1991.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002.

- ARON, Raymond. Que é uma teoria das Relações Internacionais. *Estudos Políticos*, trad. Port. 2ª. Ed. Brasília: UNB, 1985.
- BULL, Hedley A *Sociedade Anárquica*: um estudo da ordem na política mundial. trad. port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2001.
- BURCHILL, Scott. Introduction. In: BURCHILL, Scott; DEVETAK, R.; LINKLATER, R. et al. *Theories of International Relations*. 2. ed. Nova York: Palgrave, 2001.
- _____; DEVETAK, R.; LINKLATER, R. et al. *Theories of International Relations*. 2. ed. Nova York: Palgrave, 2001.
- BURTON, John W. *World Society*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1972.
- BUTTERFIELD, H.; WIGHT, Martin. *Diplomatic Investigations*. Londres: Allen & Unwin, 1966.
- CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Trad. Port., Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2001.
- COHEN, Benjamin. *International Political Economy: an intellectual history*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2008.
- COX, Robert W. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1996.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. trad. port. 5. ed. Francisco Alves, 1990.
- DALE, Gareth. *Karl Polanyi: the limits of the Market*. Malden: Polity Press, 2012.
- DICKINS, Amanda. The Evolution of International Political Economy. *International Affairs*, 82 n. 3, 2006.
- DUNNE, T.; KURKI, M. et al. (Ed.). *International Relations Theories: discipline and diversity*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FALK, Richard. The Critical Realist Tradition and the demystification of interstate power: E. H. Carr, Hedley Bull and Robert Cox. In: GILL, Stephen; MITTELMAN, J. S. (Ed.). *Innovation and Transformation in International Studies*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1997.
- FONSECA Jr, Gelson. *A Legitimidade e outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UNB, 2002.
- GEORGE, Jim; CAMPBELL, D. Patterns of Dissent and the Celebration of Difference. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 4, set. 1990.
- GLUCKMAN, M. *Order and Rebellion in Tribal Africa*. Londres: Cohen and West, 1963.
- GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Rio de Janeiro & São Paulo: Record, 2003.
- HAAS, Ernst. International Integration: the European and the universal process. *International Organization*, 15, 1961.

HALLIDAY, Fred. A Guerra Fria e seu Fim: Consequências para a teoria das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, v. 16, n. 1, 1994.

_____. *Rethinking International Relations*. Londres: Macmillan, 1994.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. The Future of The Dollar: whiter key currency? In: E HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. *The Future of the Dollar*. Londres & Ithaca: Cornell U. Press, 2009.

_____. *States and the Reemergence of Global Finance*. Ithaca e Londres: Cornell Univesity Press, 1996.

HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, v. 23, n. 1, 1998.

JONES, Adam. Interview with Kal Holsti. *Review of International Studies*, v. 28, 2002.

KINDLEBERGER, Charles. *The Word in Depression (1929-1939)*. Londres: Penguin, 1987.

_____. Dominance and Leadership in the International Economy: exploitation, Public Goods, and Free Rides. *International Studies Quarterly*, 25, 1981.

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, 33, n. 3, 1989.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e o “Grande debate” entre substantivistas e formalistas na Antropologia Econômica. *Economia e Sociedade*, v. 44, abr. 2012.

MAY, Christopher. An Annotated Bibliography of Susan Strange’s Academic Publications 1949-1999. *IPEG papers in Global Political Economy*, n. 1, Feb. 2002.

MASTERS, Roger D. World Politics as a Primitive Political System. *World Politics*, XVI, 1964. Mimeo.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: Norton, 2001.

MURPHY, Craigh N.; NELSON, Douglas R. International Political Economy: a tale of two heterodoxies. *British Journal of Politics and Internacional Relations*, v. 3. n. 3, 2001.

NAVARI, Cornelia. The Great Illusion Revisited: the international theory of Norman Angell. *Review of International Studies*, 15, 1989.

NYE, J.; KEOHANE, R. *Power and Interdependence*. Nova York: Harper Collins, 1989.

NEUFELD, Mark. Reflexivity and international relations theory. *Millenium*, n. 22, 1993.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. Aristotle Discovers the Economy. In: DALTON, George (Org.). *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of Karl Polanyi*. Boston: Beacon Press, 1969.

RIGGS, Fred W. International Relations as a Prismatic System. *World Politics*, XIV, n. 1, 1961.

RUGGIE, John. International Regimes, Transaction and Change: embedded liberalism in the postwar economic order. *International Organization*, v. 36, 1982.

- SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Ed.). *International Theory: positivism & beyond*. Cambridge: Cambridge U. P., 1996.
- STRANGE, Susan. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. *International Affairs*, 46, n. 2, 1970.
- _____. *States and Markets*. Londres: Pinter Publishers, 1989.
- _____. Wake Up, Krasner! The World *Has* Changed. *Review of International Political Economy*, 1, n. 2, 1994.
- TICKNER, J. Ann; SJOBERG, Laura. Feminism. In: DUNNE, T.; KURKI, M. et al. (Ed.). *International Relations Theories: discipline and diversity*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.
- UNDERHILL, Geoffrey. State, Market, and Global Political Economy: genealogy of an (inter?) discipline. *International Affairs*, 76, n. 4, 2000.
- VINCENT, Jon. *Human Rights and International Relations*. Cambridge: Cambridge U.P., 1986.
- WAEVER, Ole. Four Meanings of International Society: A trans-atlantic dialogue. In: ROBERSON, Barbara A. (Ed.). *International Society and the Development of International Relations*. Londres: Continuum, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopistics: or historical choices of the Twenty-First Century*. Nova York: New Press, 1998.
- WALTZ, Kenneth. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes; 2004.
- _____. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of It: the social construction of Power Politics. *International Organizations*, v. 41, n. 3, 1992.
- WOLF, Eric. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press, 2010.
- WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: BUTTERFIELD, H.; WIGHT, Martin. *Diplomatic Investigations*. Londres: Allen & Unwin, 1966.
- _____. *International Theory: the three traditions*. Londres: The Royal Institute of International Affairs, 1991.
- WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. Trad. Port. Brasília & São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002.